

3.3.3 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL

3.3.3.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta o resultado do desenvolvimento das pesquisas históricas/arqueológicas que se desenvolveram na área do Parque Estadual Intervales e em seu entorno (área de amortecimento) para compor este Plano de Manejo da unidade. O texto apresenta também a avaliação do patrimônio histórico/arqueológico existente e propõe medidas de manejo do patrimônio envolvido.

3.3.3.2 OBJETIVOS E APROVAÇÃO DO PROGRAMA ARQUEOLÓGICO

Os objetivos gerais do Programa Arqueológico podem ser sintetizados em três grandes itens:

- a) Realizar os estudos de Diagnóstico de Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural do Parque Intervales, a ser incorporado em seu Plano de Manejo;
- b) Atender à legislação brasileira no que se refere à proteção e intervenção junto a este patrimônio;
- c) Produzir conhecimento científico sobre a Arqueologia e História da área, contribuindo para a ampliação do conhecimento da cultura nacional.

De uma perspectiva científica, este Programa tem como premissas:

- A identificação e caracterização das diversas culturas que ocuparam a região buscando, em especial, suas dimensões espaciais e cronológicas, assim como sua inserção em contextos arqueológicos e históricos de caráter macro-regional. Para tal finalidade, a abordagem envolve a identificação e inserção geográfica, ambiental e temporal dos sítios arqueológicos da região, assim como o resgate e estudo dos remanescentes de cultura material a eles associados, testemunhos de sociedades humanas que habitaram a região, em tempos passados.
- Este projeto considera como vestígio arqueológico todo e qualquer elemento que caracterize e/ou seja indicador da presença humana na área, independente do período cronológico a que se relaciona e, também, a possíveis critérios subjetivos de valoração. Assim, não serão apenas tratados os sítios arqueológicos mais antigos (ou, então, aqueles relacionados à ocupação indígena pré-colonial), mas também os vestígios históricos, relacionados às diferentes fases de formação da sociedade nacional.
- Da mesma forma, não podem ser considerados vestígios de maior valor aqueles que apresentem maior apelo visual (estruturas, cemitérios, grandes aldeias), mas igualmente aqueles que, mesmo contendo remanescentes materiais fugazes, fazem parte e contribuem na sustentação de formas de assentamento humano na área. Nesta perspectiva todas as estruturas ou vestígios materiais, bem como a sua articulação entre si ou com o meio ambiente em que se inserem são potencialmente significantes para a reconstituição dos processos culturais, objetivo último da Arqueologia enquanto ciência antropológica e histórica.

O Programa foi previamente apresentado e aprovado pelo IPHAN através da Portaria n. 243, publicada no Diário Oficial da União em 16.08.2007 (em anexo). Desta forma, o Programa visa atender a legislação brasileira sobre patrimônio arqueológico, histórico e cultural, bem como as portarias normativas IPHAN, a saber:

- O Decreto-Lei n. 25 de 30/11/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional
- A Lei nº. 3.924, de 26/07/1961, que proíbe a destruição ou mutilação para qualquer fim, da totalidade ou parte das jazidas arqueológicas, o que é considerado crime contra o patrimônio nacional;
- A Constituição Federal de 1988 (artigo 225, parágrafo IV), que considera os sítios arqueológicos como patrimônio cultural brasileiro, garantindo sua guarda e proteção, de acordo com o que estabelece o artigo 216.
- A Portaria SPHAN/MinC 07, de 01/12/1988, que normatiza e legaliza as ações de intervenção junto ao patrimônio arqueológico nacional;
- A Portaria IPHAN/MinC nº. 230, de 17/12/2002, que define o escopo dos estudos arqueológicos a serem desenvolvidos nas diferentes fases de licenciamento ambiental.
- A Resolução SMA/SP - 34, de 27/08/2003, que dispõe sobre as medidas necessárias à proteção do patrimônio arqueológico e pré-histórico quando do licenciamento ambiental.

3.3.3.3 A ÁREA DE INVESTIGAÇÃO

Para que o contexto arqueológico do Parque Estadual Intervales seja melhor compreendido é necessário considerar a sua inserção geográfico-paisagística.

O Parque Estadual Intervales está localizado no sul do Estado de São Paulo e possui amplas áreas de Mata Atlântica muito bem preservada. Em seu território se encontram extensas florestas em condições de preservação muito próximas às originais, predominando a floresta ombrófila densa com ocorrências localizadas de floresta estacional semidecídua e campos naturais no alto dos morros e picos mais altos.

O Parque se estende pela vertente atlântica da Serra de Paranapiacaba, localmente denominada Serra dos Agudos Grandes, dividindo as águas de duas importantes bacias hidrográficas do estado, as bacias dos rios Paranapanema e Ribeira de Iguape. A densidade de drenagem varia de média a alta, com a maioria dos canais sendo subordinada às estruturas geológicas, o que resulta num padrão de drenagem predominantemente em treliça. Apenas a noroeste, nos setores sobre rochas carbonáticas, é que a densidade da drenagem diminui devido aos freqüentes sumidouros e a maior permeabilidade destas rochas em relação às rochas cristalinas do restante da área. Entre as rochas carbonáticas predominam os mármore calcíticos com intercalações de filitos e meta-siltitos, enquanto as rochas cristalinas são compostas predominantemente por granitos, diques de rochas básicas, rochas meta-sedimentares, filitos, ardósias e quartzitos freqüentemente associados aos topos agudos. Com menor freqüência ocorrem xistos, rochas meta-vulcânicas, meta-margas e

sedimentos quaternários em restritas margens de canais fluviais. Falhas e fraturas são freqüentes no embasamento geológico da área, demonstrando o importante papel da tectônica no passado e no presente da estrutura física do Parque.

Todo este contexto vegetal, hidrográfico e geológico, juntamente com um padrão climático caracterizado por médias anuais de precipitação entre 1500 e 2000 mm e amplitudes térmicas anuais relativamente baixas, situa-se em um relevo altamente dissecado, onde predominam morros médios e altos, serras alongadas e escarpas.

Do ponto de vista geomorfológico, o Parque Estadual Intervales é subdividido em três compartimentos: o Planalto de Guapiara, o Planalto do Ribeira-Turvo e a Depressão do Baixo Ribeira.

O Planalto de Guapiara se restringe a pequenos setores no norte-noroeste do parque, possui altitudes entre 400 e 1090m e é composto predominantemente por morrotes baixos e morros com serras alongadas restritas como, por exemplo, nas proximidades das bases operacionais Barra Grande (Prancha 1) e Capinzal. As florestas estacionais semidecíduas identificadas no levantamento fitogeográfico se localizam neste compartimento. Apesar de ocorrer em uma pequena área, o Planalto de Guapiara possui importância na elaboração do Plano de Manejo do Parque Intervales porque é nele que se localizam os seus setores mais acessíveis, onde são freqüentes as visitas monitoradas, além de ser aí que ocorrem as grutas e cavernas que constituem um dos principais atrativos turísticos e científicos do parque.

No geral, as declividades do Planalto de Guapiara são menores do que as do compartimento subsequente (o Planalto do Ribeira-Turvo), sendo possível identificar alguns sub-compartimentos de morrotes com topos convexos embutidos em meio às altas serras do entorno. É justamente num destes sub-compartimentos que foi identificado o sítio arqueológico das Pedrinhas (apresentado mais adiante), e também são em terrenos semelhantes que ocorrem importantes sítios arqueológicos já identificados na região de Ribeirão Grande, como é o caso dos sítios da Mina Limeira e dos Bairros de Ouro Fino e Barro Branco (ROBRAHN-GONZÁLEZ 2006; MENDES 2006).

Além disso, foram indicados pelos guias do Parque a existência, ainda no Planalto de Guapiara (mais especificamente na Estação Ecológica Xitué, ao norte do Parque Intervales), sítios arqueológicos do tipo “encanados”, que correspondem a estruturas construtivas remetendo ao período de garimpo na região.

O contato entre o Planalto de Guapiara e o Planalto do Ribeira-Turvo se dá por altas escarpas, principalmente no setor nordeste do Parque. Este compartimento possui altitudes entre 80 e 980m, portanto, uma amplitude altimétrica maior do que a do Planalto de Guapiara. O Planalto do Ribeira-Turvo ocupa a maior parte do Parque, onde predominam as florestas ombrófilas densas, e é composto por morros, morros altos, escarpas e, em alguns setores, morrotes baixos semelhantes aos descritos acima para o Planalto de Guapiara. A maior dissecção do Planalto do Ribeira-Turvo em relação ao Planalto de Guapiara é percebida não apenas pela maior amplitude altimétrica do primeiro, mas também pelas maiores declividades das vertentes e pela maior freqüência de vales em “V” encaixados a muito entalhados.

A Depressão do Baixo Ribeira (Prancha 2) é pouco representada na área do Parque, se restringindo a uma pequena porção a leste-sudeste com altitudes entre 56 e 160m e com vertentes de baixas declividades, não ultrapassando os 20%. Neste compartimento é que ocorrem os terrenos menos dissecados do Parque, formado por colinas, rampas de colúvios e extensos terraços fluviais e planícies de inundação de canais fluviais como os do rio Saibadela e do rio do Quilombo.

3.3.3.4 ESTUDOS DE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

O contexto arqueológico regional

Pesquisas arqueológicas sistemáticas têm sido desenvolvidas pelo menos durante os últimos 20 anos tanto no vale do Paranapanema como no vale do Ribeira de Iguape, resultando em centenas de sítios arqueológicos cadastrados. Uma pesquisa no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN/MinC <https://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10&sigla=Institucional&retorno=paginalphan>) indica o registro de 61 sítios para os municípios abrangidos pelo Parque, conforme apresenta a listagem da **Tabela 1**.

A tabela indica a presença de sítios arqueológicos de diversas naturezas, compreendendo sítios líticos a céu aberto, sítios em abrigos rochosos, sítios cerâmicos, sítios multicomponenciais (que apresentam vestígios de mais de uma ocupação humana) e sítios históricos (a exemplo dos sítios do tipo “encanados” da região de Ribeirão Grande).

Há que se destacar, todavia, que existem centenas de outros sítios arqueológicos cadastrados para o vale do Ribeira de Iguape e vale do Paranapanema, ampliando significativamente o contexto regional de ocupações.

Destacam-se, aqui, os trabalhos de Robrahn (1989), Robrahn-González (1999), De Blasis (1988, 1989, 1996, 1999), Mendes (2006), Melo Araujo (1995, 2001) e Morais (1979, 1983, 1999, 2000).

Tabela 1 - Listagem de sítios arqueológicos. Fonte: CNSA/IPHAN

Cidade	Sítio	Tipo	Descrição
Guapiara	Areado 1	Multicomponencial	Sítio lítico a céu aberto
Guapiara	Areado 2	Multicomponencial	Sítio lítico a céu aberto
Guapiara	Areado 3	Multicomponencial	Sítio lítico a céu aberto
Guapiara	Buenos	Multicomponencial	Sítio lítico a céu aberto
Iporanga	Torre de Pedra	Cerâmico	Abrigo com ocorrência de material cerâmico, lítico lascado, fogueiras, vestígios de edificações.
Iporanga	Abrigo Maximiano	Cerâmico	Abrigo sob rocha. Ocorrência de sepultamentos, fogueiras, material lítico, cerâmico
Iporanga	Amadeu	Lítico	Sítio lítico a céu aberto.
Iporanga	Bairro Betari II	Lítico	Sítio lítico a céu aberto.
Iporanga	Bairro Betari III	Lítico	Sítio lítico a céu aberto.
Iporanga	Bairro Betari IV	Lítico	Sítio lítico a céu aberto.
Iporanga	Bairro Betari V	Lítico	Sítio lítico a céu aberto.
Iporanga	Bairro da Serra 13	Lítico	Sítio lítico a céu aberto, sobre colina baixa.
Iporanga	Bairro da Serra 11	Lítico	Sítio lítico a céu aberto sobre morrote de fundo de vale.
Iporanga	Bairro da Serra I	Lito-cerâmico	Sítio lito-cerâmico a céu aberto.
Iporanga	Bairro da Serra II	Lítico	Sítio lítico a céu aberto.
Iporanga	Bairro da Serra III	Lítico	Sítio lítico a céu aberto.
Iporanga	Bairro da Serra IV	Multicomponencial	Sítio lítico a céu aberto
Iporanga	Bairro da Serra IX	Multicomponencial	Sítio lítico a céu aberto.
Iporanga	Bairro da Serra V	Multicomponencial	Sítio lítico a céu aberto.

Iporanga	Bairro da Serra VI	Multicomponencial	Sítio lítico a céu aberto.
Iporanga	Bairro da Serra VII	Multicomponencial	Sítio lítico a céu aberto.
Iporanga	Bairro da Serra X	Multicomponencial	Sítio lítico a céu aberto.
Iporanga	Bairro da Serra XII	Multicomponencial	Sítio lítico a céu aberto.
Iporanga	Bairro da Serra XIV	Multicomponencial	Sítio lítico a céu aberto.
Iporanga	Bairro do Betari II	Multicomponencial	Sítio lítico a céu aberto.
Iporanga	Baixo Betari 1	Multicomponencial	Sítio lítico a céu aberto.
Iporanga	Baixo Betari 2	Multicomponencial	Sítio lítico a céu aberto.
Iporanga	Baixo Betari 3	Multicomponencial	Sítio lítico a céu aberto.
Iporanga	Baixo Betari 4	Multicomponencial	Sítio lítico a céu aberto.
Iporanga	Baixo Betari 5	Multicomponencial	Sítio lítico a céu aberto.
Iporanga	Barra do Betari	Multicomponencial	Sítio lítico a céu aberto.
Iporanga	Castelhanos	Multicomponencial	Sítio cerâmico a céu aberto
Iporanga	Descalvado	Multicomponencial	Sítio lito-cerâmico superficial.
Iporanga	Iporanga	Multicomponencial	Abrigo com ocorrência de material cerâmico, lítico lascado
Iporanga	Morro Preto	Multicomponencial	Boca de caverna com grande presença de <i>Megalobulimus</i> sp
Iporanga	Parado	Multicomponencial	Sítio lito-cerâmico a céu aberto.
Iporanga	Pilões	Multicomponencial	Sítio lito-cerâmico a céu aberto
Iporanga	Pinheirinho	Multicomponencial	Sítio lito-cerâmico a céu aberto.
Iporanga	Santana	Multicomponencial	Ocorrência de material lítico em boca de caverna
Iporanga	Tio Grande	Multicomponencial	Sítio cerâmico a céu aberto.
Iporanga	Torre de Pedra	Multicomponencial	Abrigo com ocorrência de material cerâmico, lítico lascado

Ribeirão Grande	Anacleto	Lítico	Sítio lítico a céu aberto
Ribeirão Grande	Barreiro 1	Lítico	Sítio lítico a céu aberto
Ribeirão Grande	Barreiro 2	Cerâmico	Sítio cerâmico a céu aberto
Ribeirão Grande	Barreiro 4	Cerâmico	Sítio cerâmico a céu aberto da tradição Itararé.
Ribeirão Grande	Barro Branco 1	Lítico	Sítio lítico a céu aberto
Ribeirão Grande	Barro Branco 2	Lítico	Sítio lítico a céu aberto
Ribeirão Grande	Barro Branco 3	Lítico	Sítio lítico a céu aberto
Ribeirão Grande	Boituva 1	Lítico	Sítio lítico a céu aberto
Ribeirão Grande	Boituva 2	Lítico	Sítio lítico a céu aberto
Ribeirão Grande	Boituva 4	Lito-cerâmico	Sítio multicomponencial - lítico a céu aberto e cerâmico Itararé
Ribeirão Grande	Cachoeira	Lítico	Sítio lítico a céu aberto
Ribeirão Grande	Cristal 1	Lítico	Sítio lítico a céu aberto
Ribeirão Grande	Cristal 2	Cerâmico	Sítio cerâmico a céu aberto
Ribeirão Grande	Limeira 1	Lítico	Sítio lítico a céu aberto
Ribeirão Grande	Limeira 2	Lítico	Sítio lítico a céu aberto
Ribeirão Grande	Histórico	Casa Grande	Casa de pau-a-pique, provavelmente do século XIX
Ribeirão Grande	Histórico	Encanado I	Trata-se de um desvio do leito do rio, construído com muros de arrimo em pedra.
Ribeirão Grande	Histórico	Encanado II	Trata-se de um desvio do leito do rio, construído com muros de arrimo em pedra.
Ribeirão Grande	Histórico	Encanados	Sítio histórico - Multicomponencial
Ribeirão Grande	Histórico	Lusitânia	Distribuído esparsamente na superfície. Planície, baixa declividade

Entretanto, é notável que cada um destes vales apresenta um contexto pré-colonial próprio, relacionado a grupos indígenas com padrões culturais distintos que ali se desenvolveram, ao longo do tempo. Os vestígios relacionados a estes diferentes grupos indígenas foram agrupados, na Arqueologia Brasileira, em “tradições”¹ distintas, sendo elas:

Para o vale do Paranapanema:

- Tradição Humaitá
- Tradição Tupiguarani

E para o vale do Ribeira de Iguape:

- Tradição Umbu
- Tradição Itararé

No vale do Ribeira de Iguape tem-se, ainda, uma ocupação indígena de grupos pescadores, coletores e caçadores responsáveis pela construção de um tipo específico de sítio arqueológico, denominado “sítios concheiros”.

Cada um destes contextos representa um amplo horizonte de ocupação indígena que se desenvolveu nos vales do Ribeira e Paranapanema, ao longo do tempo. Uma síntese de cada um deles é apresentada a seguir.

Por fim, já a faixa de contato entre os dois vales, representada pelos contrafortes da serra do Paranapiacaba (onde se insere a área do parque) constitui uma fronteira cultural onde os vestígios arqueológicos tendem a se misturar, apresentando configurações próprias como resultado de uma série de fenômenos de demarcação territorial e contato cultural.

Grupos caçadores-pescadores-coletores

As duas grandes tradições arqueológicas de caçadores-coletores existentes no Estado de São Paulo são a Umbu e Humaitá, que têm seus pólos centrais de desenvolvimento no sul do país, abrangendo também Argentina e Uruguai. No território paulista elas são encontradas desde 6000 a.C. até 450 d.C. (Morais, 2000: 203-204)².

Os grupos portadores da indústria lítica Umbu são considerados herdeiros dos primeiros habitantes do Brasil que, há pelo menos 25.000 anos, deixaram seus vestígios em alguns poucos sítios arqueológicos. Resultam em uma densa ocupação já por volta de 4.000 anos atrás, quando o clima se estabiliza e se aproxima do atual, ocupando desde o Uruguai até a região centro-sul de São Paulo (Figura 1). As datações arqueológicas para estes sítios, no Planalto Meridional Brasileiro, se estendem de 12.000 a 1.000 anos atrás.

¹ O conceito de “tradição” constitui um recurso classificatório utilizado dentro da disciplina arqueológica, que visa agrupar sítios que apresentem vestígios e características semelhantes, localizados em uma mesma macro-região.

² Para a região de Rio Claro foram publicadas datas ainda mais antigas, alcançando 14.000 anos B.P.² no sítio Alice Boer (Beltrão 1974; Beltrão et al. 1983). Estas datas são, todavia, bastante polêmicas e discutidas pela comunidade científica, uma vez que o sítio apresenta estratificação perturbada.

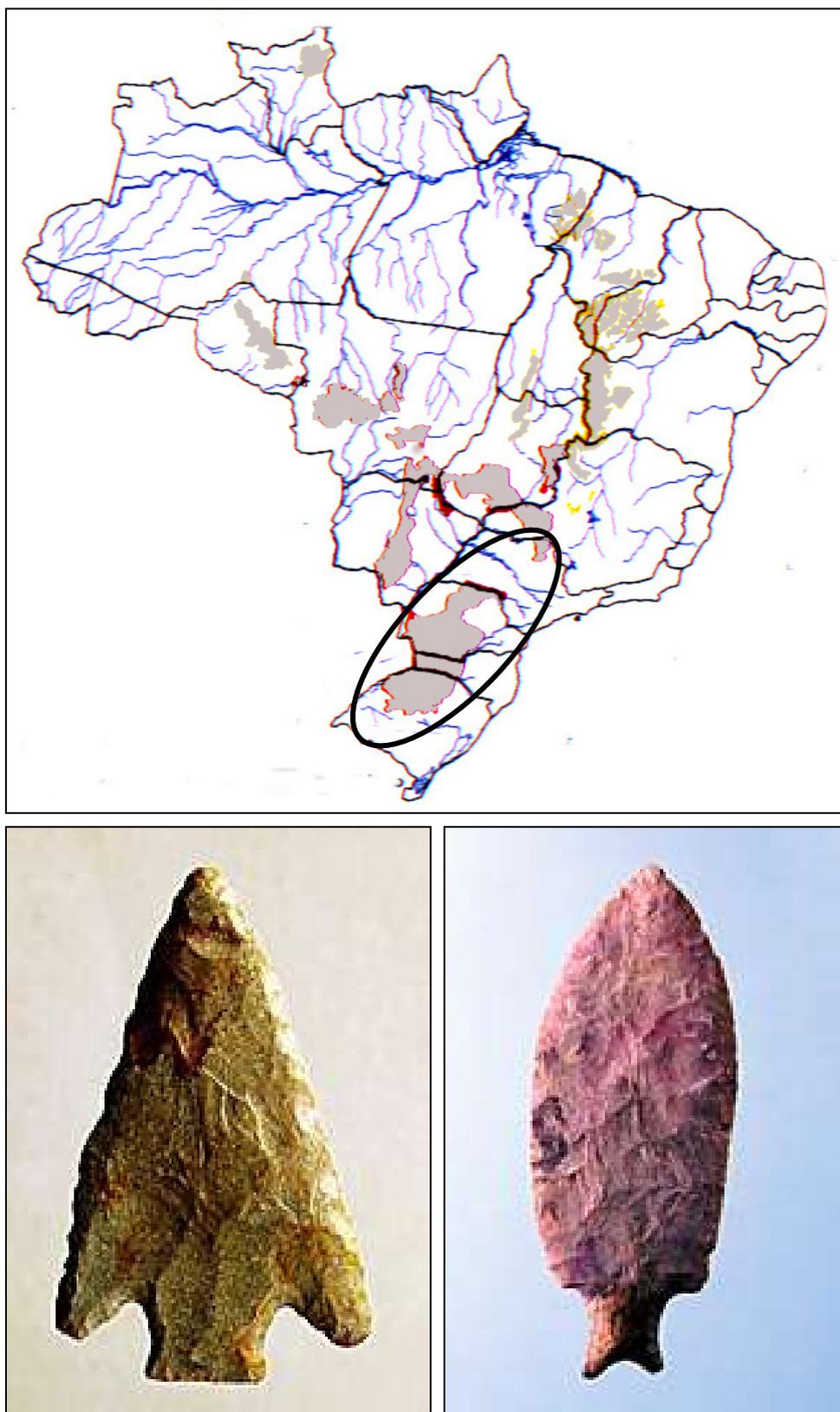


Figura 1. Área de distribuição e artefatos típicos da tradição Umbu.

Os sítios ocorrem tanto a céu aberto como em abrigos rochosos. No primeiro caso, costumam estar localizados em terraços ou porções planas de fundo de vale, próximos a rios e córregos. Os vestígios se distribuem por áreas entre 20 a 100 metros de diâmetro. Todavia, sua quantidade varia bastante, havendo casos de sítios ralos, com algumas dezenas de peças, a sítios extremamente densos, onde milhares de fragmentos formam uma densa camada no solo. Muitas vezes ocorrem estruturas de combustão (fogueiras) e, no interior delas, podem existir refugos variados, incluindo restos carbonizados de alimentação. Já os sítios em abrigo se localizam em porções de relevo mais íngreme, e muitas vezes distante dos sítios a céu aberto. Alguns sítios em abrigo apresentam vestígios de ocupação permanente, enquanto outros sugerem um uso esporádico, como acampamentos de caça. Em áreas de afloramento de rochas muitas vezes também ocorrem sítios, denominados “oficinas líticas” e que correspondem às fontes de matéria prima para o lascamento.

Seus sítios apresentam artefatos líticos produzidos com lascas cuidadosamente retocadas (Prous, 1992: 149), originando objetos de pequenas dimensões dos quais se destacam pontas de projéteis bifaciais de diferentes formatos e dimensões (incluindo pontas projéteis - vide Figura 1), além de raspadores, facas e lâminas (Robrahn-González *et alii* 2002: 163). Outros componentes da cultura material (materiais ósseos e em madeira) foram encontrados em abrigos, no Rio Grande do Sul, inclusive com a presença de sepultamentos (Prous, 1992: 150-151).

Já quanto aos grupos portadores da indústria Humaitá, sua origem não é precisa, embora também devam manter relações com os primeiros ocupantes do sul do país, ainda em período Pleistocênico. As datações mais recuadas estão em torno de 8.000 anos atrás sendo, portanto, 4.000 anos mais recente que a tradição Umbu. As datas mais antigas se encontram no chamado “complexo Altoparanaense”, em Itapiranga (SC), bem como também na margem direita do rio Uruguai, na província argentina de Misiones. A partir destas áreas a tradição teria se expandido, acompanhando o gradativo aumento dos ambientes florestais em decorrência da modificação de um clima mais frio e seco para mais quente e úmido. Assim, seus sítios passam a ocorrer também a leste, ao longo do rio Uruguai (em direção à vertente meridional do Planalto) e para norte, no vale do Ivai e do Paranapanema (Figura 2).

Os sítios são geralmente a céu aberto e se localizam em porções mais altas da paisagem, sobre encostas ou topos de morros, mas sempre junto a cursos de água. Correspondem a uma única área de concentração de material, podendo alcançar 3.000 m². Distribuem-se, em geral, na porção ocidental do planalto, mais baixa e quente, em associação com áreas onde predominam as formações florestais fechadas. Apresentariam, portanto, uma distribuição regional distinta da observada para os sítios da tradição Umbu, que se localizam preferencialmente em ambientes de campo. Todavia, em determinadas áreas (como na encosta meridional), sítios relacionados a ambas as tradições parecem se misturar.

Os artefatos relacionados à tradição Humaitá são produzidos sobre blocos ou seixos (Prous, 1992: 156), ou ainda sobre lascas espessas (Robrahn-González *et alii* 2002: 166-167) resultando em ferramentas com formas mais encorpadas, obtidas através da percussão direta. Um artefato típico dessa tradição é uma categoria de raspador oblongo sobre lasca com retoques periféricos, apresentando uma extremidade geralmente pontuda e outra arredondada (mais conhecida entre os arqueólogos como “lesma”).

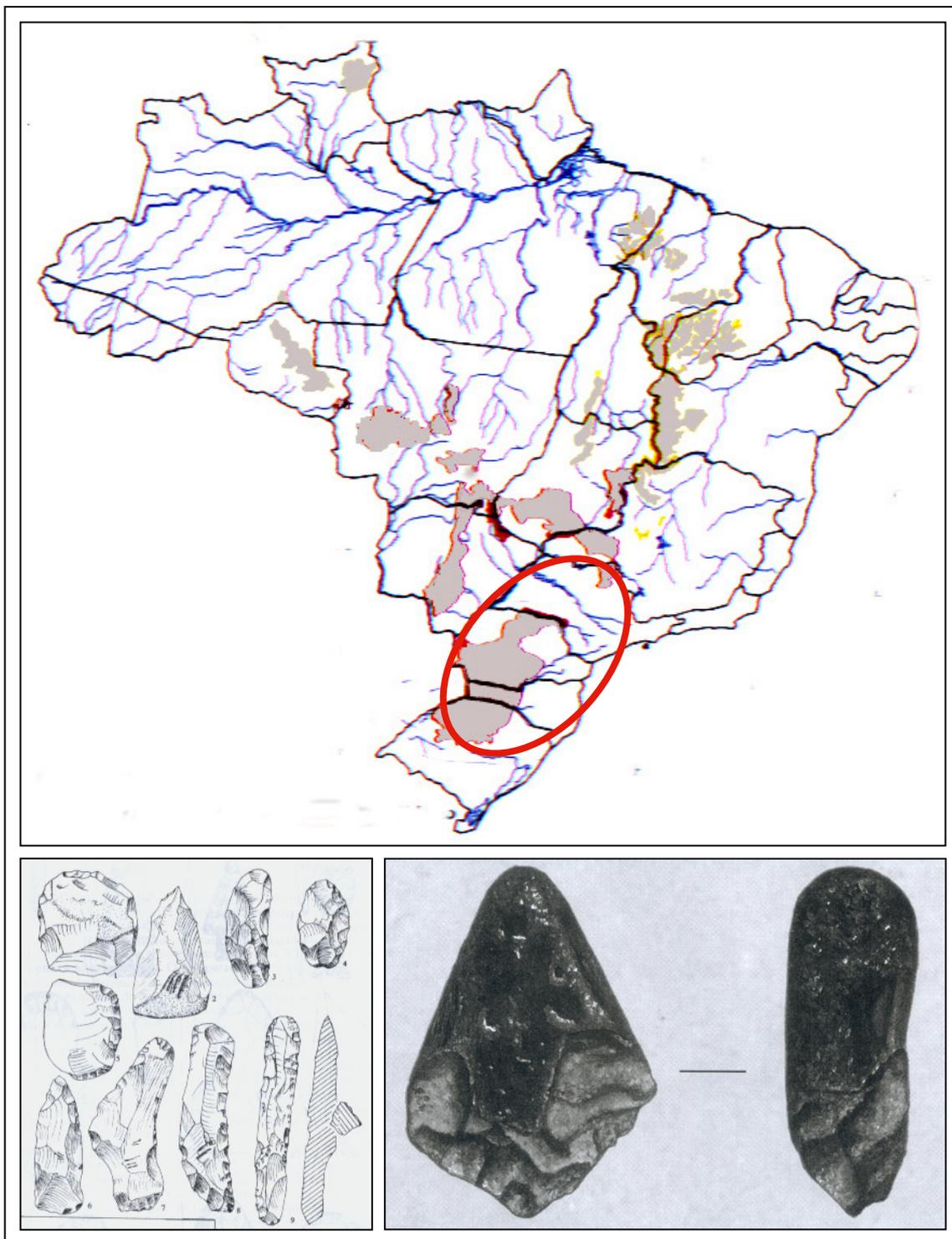


Figura 2. Área de distribuição e artefatos típicos da tradição Humaitá

As pesquisas até hoje realizadas dão como limites máximos da expansão geográfica setentrional dos grupos de caçadores-coletores Umbu o norte do rio Tietê. Já os sítios relacionados à tradição Humaitá parecem adquirir uma distribuição generalizada pelo Estado. Sendo assim, o parque está situado em área de influência de ambas as tradições.

Grupos cultivadores ceramistas da tradição Tupiguarani

Em seguida à ocupação de caçadores-coletores temos o advento de grupos ascendentes das populações indígenas estabelecidas no Estado à época da chegada do europeu e do africano, das quais hoje ainda resistem uns poucos núcleos pontilhados pelo território paulista. Há que se dizer que essa nova ocupação não elimina a anterior por completo. Os processos de interação entre uma e outra são pouco conhecidos, mas sabe-se que caçadores-coletores conviveram com grupos que dominavam a agricultura e as técnicas ceramistas. É possível que alguns dos grupos caçadores e coletores tenham domesticado espécies da flora e aprendido técnicas cerâmicas, sugerindo uma continuidade cultural, mais do que uma substituição.

A ocupação indígena portadora de uma indústria cerâmica relacionada à tradição Tupiguarani ter-se-ia originado na Amazônia Central, possivelmente no baixo vale do rio Madeira, há 3.500 anos. Migrações realizadas ao longo de vários séculos resultaram em sua expansão por grande parte do atual território brasileiro compreendendo, no caso paulista, por volta de 1.700 anos de sua história: o sítio mais antigo foi datado de 200 a.C.; o mais recente, de 1.480 d.C. Por fim, essas populações entraram em contato com os conquistadores europeus, permanecendo no Estado até o século XVII (Robrahn-González *et alii* 2001: 168) (Figura 3).

Os sítios da tradição Tupiguarani apresentam duas variações básicas: ou são formados por várias concentrações de vestígios, ou são formados por uma única grande concentração. Em ambos os casos as concentrações correspondem a áreas de solo antrópico escuro (manchas escuras), contendo materiais arqueológicos concentrados na forma de peças cerâmicas, lítico lascado, lítico polido e vestígios de fogueiras. Estas concentrações são associadas a áreas de habitação (casas).

As grandes aldeias podiam ser formadas por mais de 10 casas, dispostas em círculo ou adquirindo forma alongada. Localizavam-se sempre em topos ou meia encosta de vertentes suaves, com cursos de água nas proximidades. Suas áreas variavam de 2.000 a 10.000 m², embora tenham sido registradas aldeias com mais de 20.000 m². A população média estimada para as aldeias é de 500 pessoas, podendo alcançar mais de 3.000. Sepultamentos são frequentes nestes sítios, que trazem urnas funerárias nas imediações das casas ou foram do espaço da aldeia.

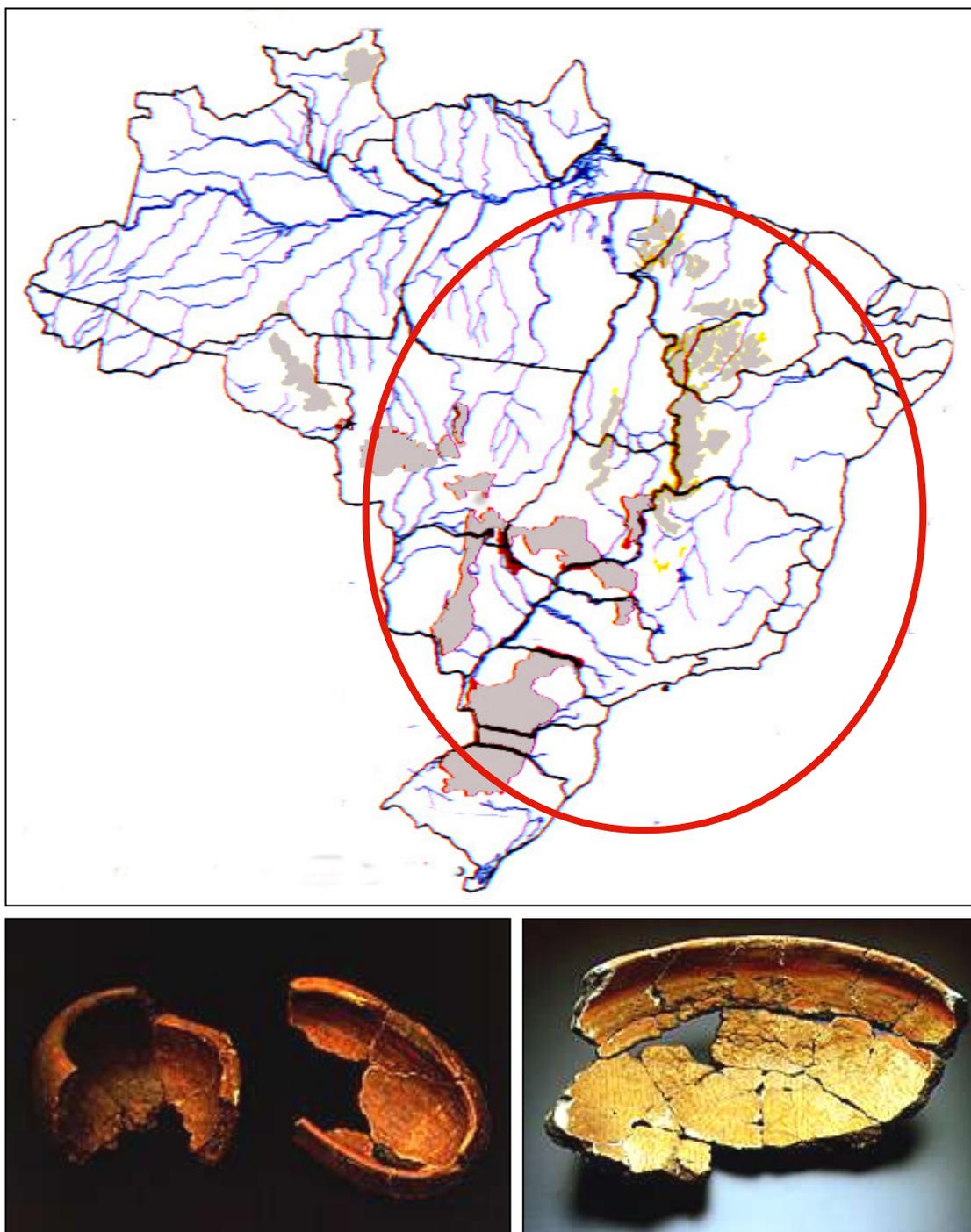


Figura 3. Área de distribuição e artefatos típicos da tradição Tupiguarani

Os principais vestígios encontrados nos sítios são fragmentos de cerâmica. As formas das vasilhas variam entre tigelas abertas rasas, jarros, vasilhas semi-globulares, globulares esféricas e içaças. Algumas peças apresentam ombros, definindo um contorno complexo. O antiplástico³ característico da tradição é o caco moído. Quanto à decoração apresentam diferentes motivos pintados (em vermelho, preto ou branco formando linhas, curvas, ondas, círculos, zigue-zagues que, em múltiplas combinações, fornecem uma grande variedade de tramas) ou motivos plásticos (corrugado, unglado, serrilhado, acanalado, inciso, ponteadado, impressão de cestaria, escovado, entre outros).

Ainda em argila são encontrados cachimbos, fusos e afiadores em canaletas (ou calibradores).

A indústria lítica lascada varia, podendo ser praticamente inexistente em alguns sítios, ou ocorrer em grande quantidade e diversidade de instrumentos. Caracteriza-se por uma indústria sobre lasca, com muitas peças apresentando apenas sinais de uso, e poucas efetivamente retocadas. São comuns peças de maior porte como seixos ou blocos com algumas retiradas nas extremidades, para dar forma e afiar o gume. Quanto ao material lítico polido, são frequentes as lâminas de machado, mãos de pilão, socadores e tembetás (adornos labiais em forma de “T”). No sul do país ocorrem ainda a *itaiça* (machado circular) e bolas de boleadeiras.

Agricultores tradicionais, estes grupos teriam utilizado o método de coivara, queimando os terrenos para, em seguida, cortar a madeira e destocar as árvores maiores com auxílio de machados de pedra. Cultivavam a mandioca doce (aipim) e a mandioca amarga (ou “brava”), bem como o milho, a batata doce, o algodão, o feijão, o amendoim, o abacaxi e o tabaco. Teriam desenvolvido uma agricultura diversificada, com plantas contendo elementos nutritivos complementares. Alguns produtos, como o milho e a mandioca, podiam ser conservados inteiros ou na forma de farinha, permitindo o consumo por vários meses. Ossos de fauna diversificada e de peixes são ainda encontrados em alguns sítios, em proporções diversas.

Grupos cultivadores ceramistas da tradição Itararé

Essa é uma ocupação bastante diversa da descrita acima, bem como mais recente, com os primeiros grupos estabelecendo-se no sul do Estado por volta de 1000 d.C. e permanecendo até seu extermínio, expulsão ou incorporação no século XVII, já em pleno contato com o colonizador europeu.

Os sítios dessa tradição possuem grande diversidade morfológica e podem ser encontrados tanto em locais com relevo suave (Paranapanema e médio Ribeira) quanto em áreas de íngremes morrarias (alto Ribeira). Podemos até mesmo encontrar sítios em abrigos rochosos e os compostos por casas subterrâneas (mais comuns na região Sul), que são cavas abertas no solo variando entre 2m e 22m de diâmetro e cobertos com palha seca. Sustentando a cobertura havia uma estrutura de madeira, composta por um pilar central vertical e alguns caibros que partiam da extremidade do pilar para as bordas do buraco, garantindo uma altura útil média de 2m.

De resto, sítios a céu aberto são encontrados às centenas por toda a região do planalto do Paraná e sul de São Paulo (Figura 4). Variações no tamanho, na localização e nos vestígios materiais que

³ O antiplástico constitui um elemento acrescentado à argila (elemento mineral ou vegetal) com função de garantir a estabilidade/sustentação do artefato depois de seco.

apresentam sugerem uma organização destas aldeias em comunidades maiores, podendo alcançar extensos territórios.

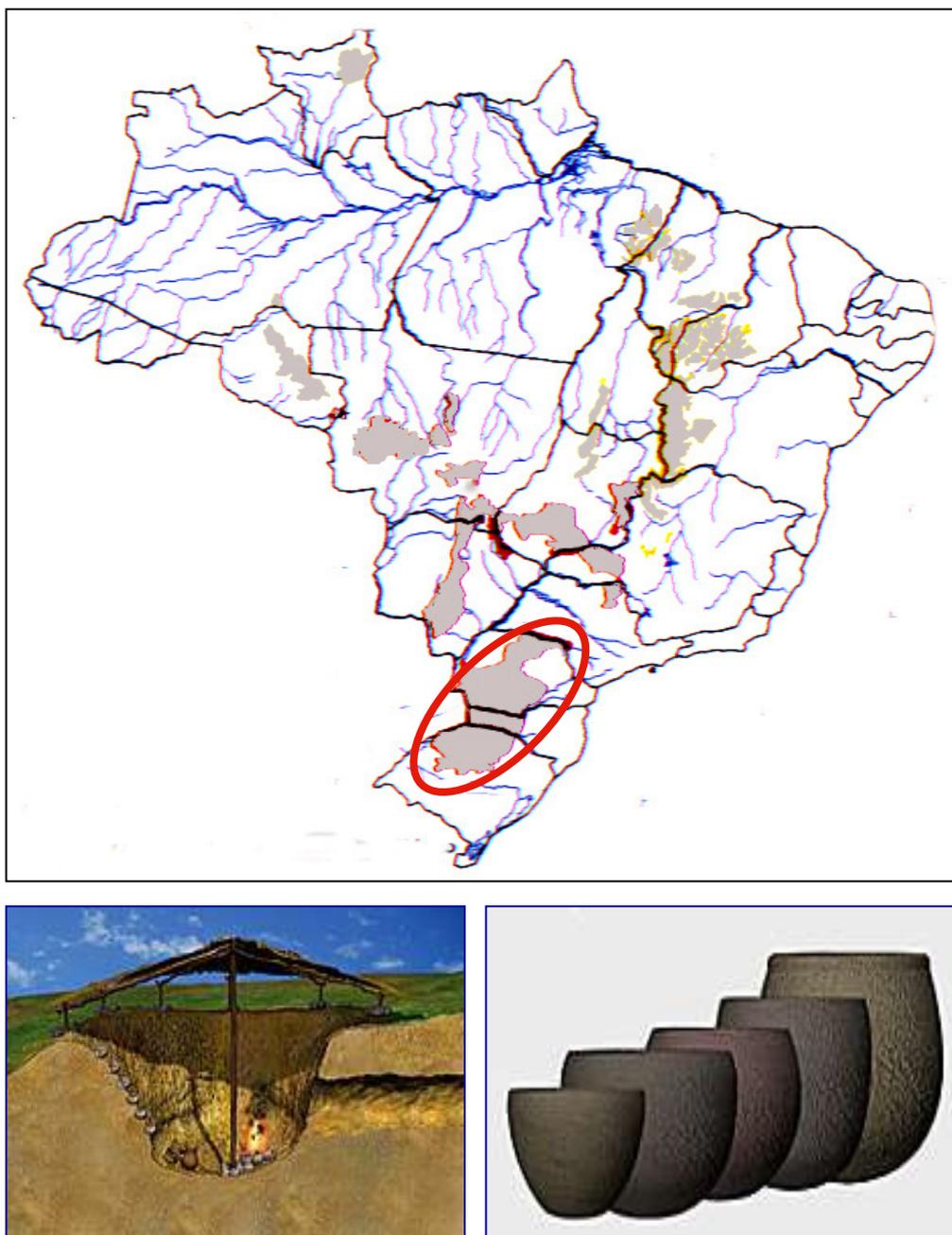


Figura 4. Área de distribuição e artefatos típicos da tradição Itararé

A indústria cerâmica é caracterizada por vasilhames pequenos (até 40cm de altura), de contorno direto ou infletido, paredes finas, antiplástico mineral e superfícies bem alisadas de coloração escura. Apresenta raros elementos decorativos, se comparada à diversidade existente na produção Tupiguarani. Soma-se à produção cerâmica uma indústria lítica mais expressiva do que nas culturas associadas ao padrão Tupiguarani do Planalto (Robrahn-González et alii 2002: 173). Nos sítios associados à tradição Itararé são encontradas lascas e blocos com sinais de uso e alguns tipos de artefatos: furadores, plainas, raspadores e grandes facas. Dentre a gama de instrumentos polidos são encontradas lâminas de machado, socadores e cunhas.

Estes grupos teriam sido sedentários, com densidade populacional bastante elevada, por vezes até mesmo superior à observada nos dias atuais. Ao menos em determinadas áreas teriam sido cultivadores, plantando o milho, a cabaça e outros vegetais. De resto, caçavam, pescavam e coletavam produtos diversos, em especial o pinhão, no planalto meridional.

Como se vê, a porção da Serra de Paranapiacaba (que define o divisor entre o Paranapanema e o Ribeira e onde se encontra a área-foco de estudo) faz parte de uma região de fronteira cultural de grande importância para o conhecimento da complexa rede de ocupações humanas que se desenvolveram na porção sul-sudeste brasileira, em período pré-colonial. Todavia, se para cada uma destas áreas já se conta com um conhecimento razoavelmente bem consolidado, para a serra de Paranapiacaba existem ainda poucas pesquisas, e desenvolvidas em áreas restritas.

Zoneamento arqueológico preliminar

Considerando as características físicas do Parque Estadual Intervales bem como dos padrões arqueológicos obtidos a partir do levantamento bibliográfico (tipos de sítios arqueológicos e seus padrões de implantação na paisagem), foi realizado um zoneamento arqueológico prévio, considerando o potencial da área do Parque em conter vestígios diversificados de ocupações humanas arqueológicas e/ou históricas. Para tanto, a área do Parque foi dividida em compartimentos de sensibilidade arqueológica, descritos a seguir.

O primeiro compartimento de sensibilidade arqueológica, onde inclusive foi posteriormente identificado o sítio arqueológico das Pedrinhas (descrito mais adiante), são os morrotes baixos em meio à serras e morros mais altos. Ali, terrenos de configuração morfológica semelhante que ocorrem tanto no Planalto de Guapiara quanto no Planalto do Ribeira-Turvo podem ter sido utilizados por agrupamentos humanos pré-históricos.

Outro elemento paisagístico que se mostra sensível compreende as cavernas existentes no interior do Parque (Prancha 3). Apesar dos levantamentos amostrais do presente estudo não terem identificado vestígios arqueológicos na superfície de suas áreas de boca, certamente possuem alto potencial, e somente levantamentos mais detalhados e interventivos (que fogem ao escopo do presente Programa) poderão equacionar esta questão. Todavia, há que se lembrar que são conhecidas diversas cavernas no vale do rio Ribeira de Iguape (e muitas no município de Iporanga) que apresentam sítios arqueológicos em suas bocas (De Blasis 1988), reforçando o potencial acima indicado.

Os terraços fluviais também se mostram como locais com alto potencial de ocorrência de vestígios arqueológicos por se tratarem de terrenos relativamente planos e próximos a importantes canais fluviais,

e ali foi posteriormente identificado o Sítio do Carmo (vide Prancha 3), confirmando o alto potencial. Estes terraços ocorrem de forma restrita ao longo dos principais rios nos Planaltos de Guapiara e do Ribeira-Turvo e, como foi visto anteriormente, são extensos na Depressão do Baixo Ribeira. Dentro deste contexto geomorfológico encontra-se também a Base Operacional Pedra de Fogo, local a noroeste do Parque que foi indicado por antigos moradores como de ocorrência de vestígios arqueológicos. Assim como no caso dos morrotes baixos, os terraços fluviais se configuram como pontos de elevado potencial arqueológico na área.

Do ponto de vista dos recursos líticos que antigos agrupamentos humanos poderiam ter utilizado, o Parque Intervales se configura como um local privilegiado. A abundância de rochas meta-sedimentares em forma de sílex, de intrusões quartzíticas e de rochas ígneas ácidas e básicas no embasamento geológico da região fornecem aos competentes rios que drenam as serras e morros um abundante material sedimentar de variadas mineralogias e tamanhos. Desta forma blocos, calhaus, seixos e cascalhos de sílex, quartzo, quartzito, granito e diabásio são abundantes nos rios do Parque, e provavelmente se configuraram como uma importante fonte de recursos líticos para a confecção de artefatos utilizados por povoados pré-históricos.

Além disso, as freqüentes cachoeiras e corredeiras existentes no Parque, além de se caracterizarem como importantes marcos paisagísticos, se configuram como locais potenciais para serem utilizados como polidores de artefatos (Prancha 4).

Estes foram os locais com características mais sensíveis no contexto geoarqueológico do Parque Intervales, porém, outros pontos como os altos topos convexos e agudos, patamares secundários e outros que porventura não puderam ser identificados devido às escalas dos mapeamentos disponíveis e ao difícil acesso para verificações de campo podem apresentar vestígios arqueológicos. Os topos altos possuem um bom potencial por se tratarem de referências paisagísticas e por proporcionarem uma visão privilegiada do entorno.

Além disso, vestígios mais antigos podem ocorrer em maiores profundidades nas planícies fluviais e em colúvios no sopé das escarpas e dos morros. Apenas as vertentes de altas declividades apresentam um baixo potencial à preservação de vestígios arqueológicos, já que nestes locais a intensa dinâmica erosiva não permite a conservação e preservação destes materiais, fato evidenciado pelos solos rasos das vertentes que freqüentemente apresentam afloramentos rochosos.

O texto que se segue traz os trabalhos de prospecção desenvolvidos durante os trabalhos de campo em cada um destes compartimentos e os resultados alcançados.

Prospecções arqueológicas

Conforme indicado anteriormente, a análise preliminar das características ambientais e paisagísticas do Parque Intervales levou a um zoneamento da área, considerando seu potencial em conter vestígios arqueológicos. Este zoneamento dividiu a área em 08 setores, a saber (vide Figura 5):

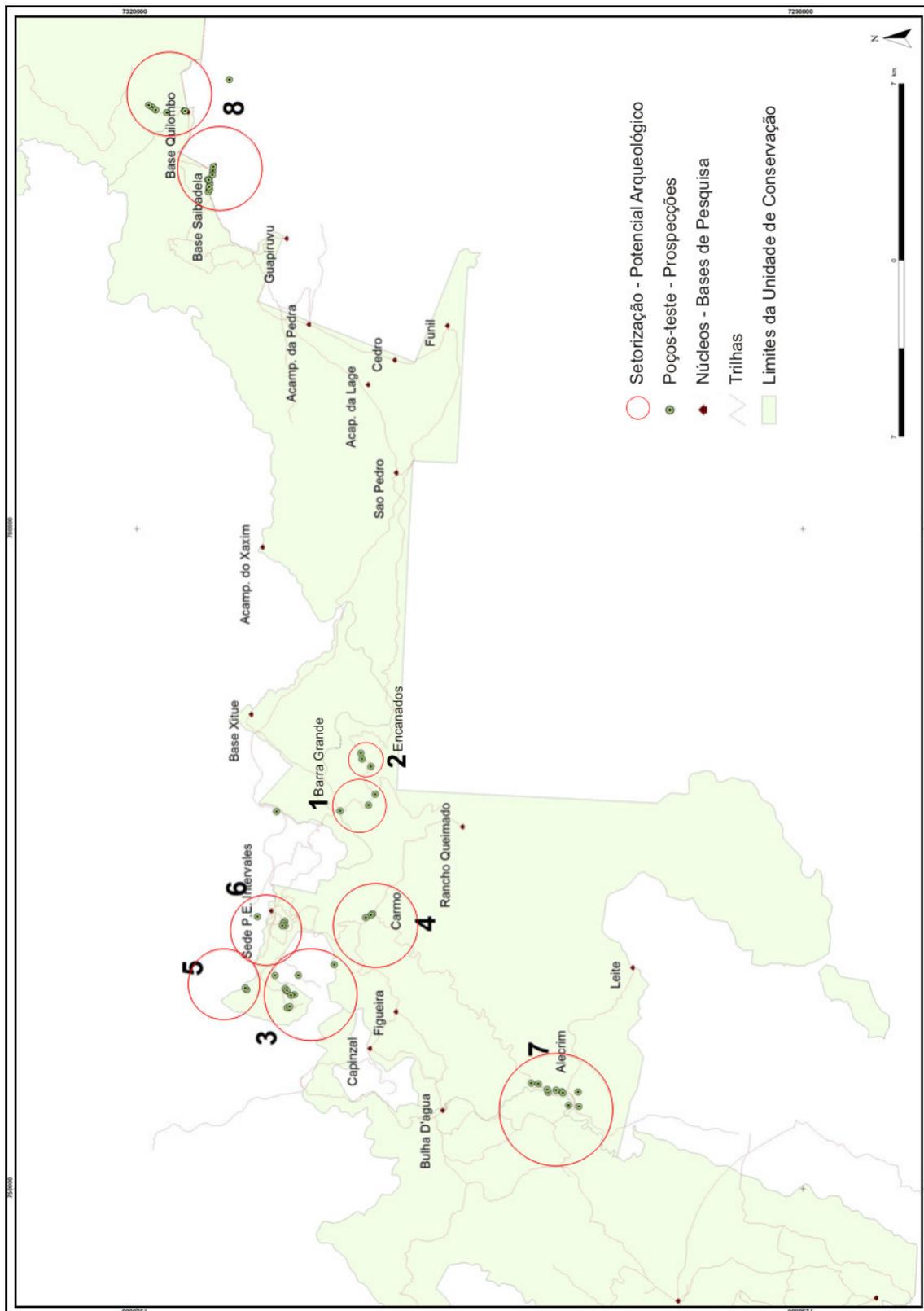


Figura 5 - Localização dos setores com prospecção arqueológica.

- Setor 1 - Barra Grande
- Setor 2 - Encanados
- Setor 3 - Grutas e cavernas
- Setor 4 - Carmo
- Setor 5 - Pedra de Fogo
- Setor 6 - Sede do Parque
- Setor 7 - Alecrim
- Setor 8 - Saibadela / Quilombo

O texto que se segue traz uma caracterização ambiental de cada um destes setores, uma descrição das prospecções arqueológicas realizadas e resultados alcançados.

Setores 1 e 2 - Barra Grande / Encanados

Localização: UTM SAD69 22 J 767948 7309259

Aspectos geográficos e potencial arqueológico:

Os setores 1 e 2 se localizam na área centro-norte do Parque, próximo à base operacional da Barra Grande, em altitudes acima dos 800m do Planalto de Guapiara. Parte da estrada prospectada percorre a alta e a média vertente, enquanto outra parte percorre uma área de topos. No setor 1, diminuindo a escala, percebe-se que está inserido num contexto de morrotes baixos com importantes áreas serranas e morros de maiores altitudes no entorno, portanto, uma área com alto potencial arqueológico, conforme a análise geográfica-paisagística realizada anteriormente. Margens de pequenos canais fluviais foram prospectadas, como é o caso do rio Poços Altos.

No setor 2 buscou-se a identificação de “encanados” que são reconhecidos pelos guias, funcionários do Parque e moradores da região. Segundo indicações verbais estes encanados estariam fora dos limites do parque, no terreno da Estação Ecológica do Xitué, que forma um contínuo ecológico com o parque Intervales (Prancha 5).

Foi realizado o primeiro caminhamento numa área conhecida como estrada da Barra Grande, que vai da base operacional da Barra Grande até a base São Pedro. A maior parte da estrada segue margeando uma serra com grandes declividades, sendo comum observaram-se grandes cortes e aterros para a construção da estrada. O local indicado é o acesso para a cachoeira das Pedrinhas e Rancho Queimado, quando a estrada passa para a parte mais alta cortando um topo de morro onde está implantado o Sítio Pedrinhas.

O restante da estrada segue ora por locais íngremes e ora por topos de morros, tendo como local mais propício à ocupação humana a margem direita do rio Poços Altos, porém ali não foi encontrado qualquer vestígio arqueológico.

Resultados da prospecção

Como resultado dos levantamentos nesta área foi identificado o sítio arqueológico Pedrinhas. Está localizado próximo ao entroncamento da estrada Barra Grande - São Pedro com a trilha para a Cachoeira das Pedrinhas e para o Rancho Queimado.

Setor 3 - Grutas e cavernas*Aspectos geográficos e potencial arqueológico:*

Neste setor buscou-se verificar amostralmente o potencial arqueológico das grutas e cavernas do parque. Estas formações cársticas estão concentradas a noroeste e oeste do Parque Intervales, sendo que o setor prospectado abrangeu os terrenos do extremo noroeste, onde as grutas e cavernas são mais acessíveis. Os terrenos prospectados se situam acima dos 800m de altitude, no Planalto de Guapiara, num trecho onde a densidade de drenagem é menor do que no restante do parque provavelmente devido às características peculiares do embasamento litológico (rochas carbonáticas). A vegetação aqui é predominantemente secundária em estágio avançado, com manchas de floresta secundária inicial, áreas de uso antrópico e com pouca representatividade da floresta ombrófila densa primária. Além do natural potencial arqueológico de grutas e cavernas, neste setor há ao menos uma área de topografia mais suave com alto potencial para ocupações humanas. Este local é conhecido como “Bocaina” onde atualmente existem dois lagos artificiais e uma vegetação de pequeno a médio porte (Prancha 6).

As prospecções arqueológicas foram norteadas por informações dos monitores do Parque, levando em consideração a acessibilidade e características das cavernas mais favoráveis à ocupação humana. Foram, assim, priorizadas as cavernas que tivessem maior abertura de entrada, além de boca seca e favorecimento de entrada de luz.

Foram prospectadas 8 cavernas (Tabela 2), sendo que 3 delas apresentaram maior potencial de ocupação:

- a Gruta do Minotauro, pela grande abertura que favorece a entrada de luz natural, porém com grande aporte de sedimento carregado para o salão da entrada, fato que pode ter diminuído a possibilidade dela ter sido ocupada e/ou pode ter mascarado possíveis vestígios arqueológicos;
- a Gruta dos Paivas, que também apresenta grande entrada e salão;
- e a Gruta da Santa, em cuja entrada foi colocada uma imagem e altar. Segundo informações dos guias locais eram ali realizadas missas (Pranchas 7, 8, 9 e 10).

Tabela 2 - Listagem das cavernas prospectadas.

Gruta	Localização (UTM SAD69 - 22J)
Gruta da Mãozinha	759103 7313320
Gruta do Floido ou das Pérolas	758245 7313168
Gruta Barra Bonita	GPS sem sinal
Gruta do Minotauro	758295 7312906
Gruta dos Paivas	759713 7312721
Gruta do Fendão	759021 7313230
Gruta da Santa	760202 7313710
Gruta do Tatu	762169 7313335

Resultados da prospecção:

Os levantamentos em 8 cavernas do Parque Intervales não revelaram a presença de material arqueológico em superfície. Todavia, considerando o alto aproveitamento deste tipo de estrutura natural pelas populações indígenas, além de contar-se com o cadastro de sítios arqueológicos em cavernas do próprio município de Iporanga (embora fora do Parque Intervales), indica-se o alto potencial de ocorrência, talvez com material em profundidade.

Setor 4 - Carmo

Localização: UTM SAD69 22 J 762450 7309444

Aspectos geográficos e potencial arqueológico:

O setor 4 se localiza na área centro-noroeste do Parque em torno da base operacional do Carmo, num terraço do rio homônimo com altitudes entre 500 e 800m no Planalto do Ribeira-Turvo. A estrada prospectada abrange as duas margens do rio do Carmo, amostrando tanto a sua vertente declivosa da margem direita, desde os altos topos dos morros até margem do rio, quanto o terraço com baixas declividades de sua margem esquerda. Sendo assim, o setor representa um pequeno terraço fluvial embutido nos altos morros do Planalto do Ribeira-Turvo. Portanto, uma área com alto potencial arqueológico, conforme a análise geográfica-paisagística realizada anteriormente. Predomina em todo o setor a floresta ombrófila densa primária bastante preservada (Prancha 11).

Os levantamentos nesta área seguiram os procedimentos anteriormente definidos, ou seja, caminhadas em áreas de potencial e busca de vestígios arqueológicos na superfície dos terrenos. Estas atividades foram, sempre, acompanhadas por entrevistas formais e informais com moradores e comunidade em geral, buscando incorporar seu conhecimento na prática da pesquisa. De fato, desde as primeiras conversas com a população local foi indicado o Carmo como área de presença de vestígios arqueológicos.

Resultados da prospecção:

Como resultado das prospecções foi aqui identificado o sítio do Carmo, localizado num terraço fluvial restrito, estando na margem esquerda do rio homônimo, em local onde está instalada a Base do Carmo.

Setor 5 - Pedra de Fogo

Localização: UTM SAD69 22 J 759704 7314561

Aspectos geográficos e potencial arqueológico:

O setor 5 se localiza no extremo noroeste do Parque Intervales, próximo à saída para Guapiara. As altitudes deste setor estão acima dos 800m dentro do Planalto de Guapiara, na margem esquerda do córrego Pedra de Fogo. Suas baixas declividades e proximidade com um canal de drenagem fazem com que o local provavelmente seja um terraço fluvial. A vegetação aqui é predominantemente secundária em estágio avançado, com manchas de floresta secundária inicial, áreas de uso antrópico e com pouca representatividade da floresta ombrófila densa primária. Conforme a análise geográfica-paisagística realizada anteriormente, o setor representado por um pequeno terraço

fluvial da Pedra de Fogo apresenta um alto potencial arqueológico, que é confirmado pela toponímia e pelas indicações de antigos moradores (Prancha 12).

Apesar de fazer parte da sede do Parque Intervales, foi tratado como setor separadamente por se tratar de um local com grande probabilidade de existência de sítio arqueológico, tanto pela topografia privilegiada com baixa declividade como pela presença de pequeno córrego perene de águas limpas. O próprio nome (“pedra de fogo”) é bastante alusivo, uma vez que faz referência ao sílex, rocha largamente utilizada por populações indígenas para confecção de artefatos. Este fato foi, inclusive, comprovado pelo Sr. Bento Dias, antigo morador da região.

Foram realizadas prospecções na área através de caminhamentos e verificações de superfície e de áreas com solos expostos. As prospecções se estenderam inclusive para áreas de cultivo de feijão, pomar e residência do sr. Onofre.

Informações orais fornecidas pelo Sr. Bento indicaram que Pedra de Fogo compreende uma área maior, e que seu avô encontrava e guardava “pedras de fogo” junto a uma árvore próximo à sua residência, distante mais de 1 km da portaria. Foram também realizadas prospecções de superfície neste local indicado.

Resultados da prospecção

Os levantamentos realizados no Setor 5 - Pedra de Fogo não revelaram a presença de vestígios arqueológicos, embora se aponte alto potencial.

Setor 6 - Área da Sede do Parque

Localização: UTM SAD69 22 J 762385 7313776

Aspectos geográficos e potencial arqueológico:

O setor 6 se localiza no entorno da sede do Parque, abrangendo os locais das pousadas e das residências dos funcionários, com altitudes acima dos 800m do Planalto de Guapiara. O relevo é caracterizado por morros baixos de topos convexos e vertentes de baixas e médias declividades, sendo possível visualizar alguns morros altos com topos agudos e serranias no entorno. Grande parte da área apresenta uso da terra antrópico em meio à vegetação secundária em estágios avançados e iniciais.

A área da sede do Parque Intervales, apesar de ter topografia preservada e com padrões que sugerem potencial arqueológico considerável, não privilegia a observação de possíveis vestígios, pois suas estradas internas estão cobertas por cascalhos e passam periodicamente por manutenção, mascarando possíveis vestígios ali presentes. Por conta disto as prospecções priorizaram leituras estratigráficas em barrancos, além de entrevistas com moradores locais.

Durante a entrevista com a Sra. Luzia Rosa Costa Floido a equipe foi informada de que, há cerca de 10 anos atrás, ela localizou e guardou uma ponta projétil encontrada na estrada da sede. Gentilmente permitiu o registro fotográfico da peça (Prancha 13).

Resultados da prospecção

Os levantamentos realizados no Setor 6 - Sede do Parque não revelaram a presença de vestígios arqueológicos, embora registre-se aqui seu potencial, além de ter-se fotografado uma peça arqueológica em poder de moradora.

Setor 7 - Alecrim

Localização: UTM SAD69 22 J 754431 7300848

Aspectos geográficos e potencial arqueológico:

O setor 7 se localiza no extremo oeste do Parque, próximo à base operacional do Alecrim. A estrada de acesso ao local é aproximadamente paralela ao rio Pilões, com altitudes entre 200 e 500m no Planalto do Ribeira-Turvo. O entorno do local onde se encontra a Base do Alecrim se caracteriza por morros altos com topos convexos e agudos, serranias, altas amplitudes topográficas, com vales em “V” muito entalhados. Com um terreno topograficamente diferente deste entorno, o local da base se configura como um provável terraço na margem esquerda do rio Pilões, portanto, uma área com alto potencial arqueológico conforme a análise geográfica-paisagística realizada anteriormente. A vegetação é composta por um mosaico de floresta ombrófila densa primária bem preservada com secundária em estágio avançado (Prancha 14).

Na área da base do Alecrim foi realizado um caminhamento no entorno da casa e ao longo da estrada que segue sentido a base do Leite, assim como a maioria das estradas internas do Parque. Devido à topografia a estrada segue margeando morros na maior parte das vezes de grande inclinação na sua baixa vertente, por vezes próximo a topos mais baixos e arredondados, sugerindo locais potenciais para a presença de vestígios arqueológicos.

A mata densa, a presença marcante de taquara criciúma e a grande dificuldade de acesso foram fatores considerados na prospecção desta área. Por conta disto optou-se, excepcionalmente aqui, em realizar a abertura de poços-teste, buscando complementar e detalhar os trabalhos, conforme descrição que se segue.

Na margem da estrada aparece uma cicatriz de antiga estrada, hoje não mais utilizada que, segundo o monitor Sr. José Floido, remete à época dos tropeiros.

Descrição do poço-teste

Poço-teste 1 - PT1 - Setor de médio declive na margem direita do rio Pilões - Coordenadas UTM SAD69: 22 J 753752 7300079.

Material areno-argiloso marrom até 15 centímetros, passando à argiloso amarelado até 35 centímetros quando o material se altera pra rochoso.

Resultados da prospecção

Os levantamentos realizados no Setor 7 - Alecrim não revelaram a presença de vestígios arqueológicos. Registrou-se, entretanto, informação da presença de possível estrada de tropeiros.

Setor 8 - Saibadela / Quilombo

Quilombo - Localização: UTM SAD69 22 J 796468 7316554

Saibadela - Localização: UTM SAD69 22 J 799014 7317855

Aspectos geográficos e potencial arqueológico:

O setor 8 se localiza no extremo nordeste do Parque próximo as bases operacionais da Saibadela e do Quilombo em altitudes abaixo dos 200m já na Depressão do Baixo Ribeira, mas próximo ao sopé das altas escarpas do Planalto do Ribeira-Turvo, sendo inclusive identificadas algumas rampas de colúvio na região da Saibadela. O entorno de ambas as bases se caracteriza com amplos trechos de baixas declividades e topografia suave próximo a importantes canais de drenagem, a saber: rio Saibadela e rio do Quilombo.

Estes terrenos, juntamente com o material encontrado nos poços-teste escavados, confirmam que se trata de baixos terraços fluviais. Portanto, estes amplos terraços fluviais se configuram como áreas de alto potencial arqueológico conforme a análise geográfica-paisagística realizada anteriormente. Não por coincidência as bases operacionais do Parque, além de uma aldeia indígena atual, encontram-se alocados sobre esses terraços. Além das condições topográficas favoráveis e da proximidade de importantes rios, são freqüentes na região cachoeiras e corredeiras, que constituem referenciais paisagísticos locais. A vegetação do entorno é de floresta ombrófila densa bem preservada, porém nos locais das bases há floresta secundária em estágio inicial e áreas de uso antrópico (Prancha 15).

Durante as prospecções foi privilegiado o acesso que segue pela trilha margeando o rio Saibadela, que mostrou ambiente favorável à presença de sítios arqueológicos pela formação de terraços extensos ao longo do rio. Por tratar-se de uma área com vegetação densa foram abertos poços testes ao longo do percorrimto, indicando a presença de rocha em uma profundidade média de 50 centímetros. Ao todo foram abertos seis poços teste. O único vestígio identificado foi uma peça lítica polida, localizada no próprio leito do rio Sabadela. Foram ali intensificadas as prospecções, mas nenhuma outra peça pode ser cadastrada. O local foi registrado como Área de Ocorrência 1.

Na base do Quilombo foi feito também um caminhamento seguindo a trilha sentido cachoeira do Quilombo, com abertura de poços-teste ao longo do trajeto, conforme *tabela 3*. A trilha apresenta poucos pontos com alto potencial arqueológico devido à predominância de grande declividade e a freqüência de afloramentos rochosos. De fato, não foram encontrados vestígios arqueológicos em sua superfície ou profundidade.

Na cachoeira do Quilombo foram observadas algumas formas de depressão na rocha que poderiam ter sido utilizadas como polidores, fato que deve ser confirmado através da associação com possíveis sítios e estudo detalhado que foge ao escopo do presente Programa de Diagnóstico. Próximo à base do Quilombo existe uma aldeia indígena que foi visitada, porém ela é originalmente de Cananéia e está no local há apenas quatro anos. Os moradores da aldeia não souberam informar sobre a presença de sítios arqueológicos (Prancha 16).

Segundo indicações do Sr. Zito, morador da região do Saibadela, há algumas evidências de um outro antigo caminho de tropeiros da região. Mesmo estando fora da área do Parque o local foi visitado e nele

foram identificadas uma depressão retilínea cortando perpendicularmente o rio Saibadela, com blocos rochosos em suas margens, o que pode indicar se tratar de algum antigo caminho.

Resultados da prospecção

As prospecções no Setor Saibadela/ Quilombo não revelaram a presença de sítios arqueológicos, apesar de destacar-se seu alto potencial. Foi todavia cadastrada uma Área de Ocorrência, apresentando uma peça polida no leito do rio Sabadela. Na área existe hoje uma aldeia de comunidade indígena proveniente de Cananéia, implantada no Parque há 4 anos. Tem-se ainda uma possível estrada de tropeiros fora da área do Parque

Os vestígios arqueológicos identificados

Como resultado das prospecções arqueológicas realizadas no interior do Parque Intervales foram identificados 2 sítios arqueológicos, conforme demonstra o quadro abaixo:

Sítio	Tipo	Setor	Coordenadas UTM
Pedrinhas	Lítico	Barra Grande/ Encanados	22J 767948 7309259
Carmo	Lito-cerâmico	Carmo	22J 762450 7309444
Área de Ocorrência 1	Lítico	Saibadela	-----

Sua localização pode ser visualizada na Figura 6. O texto abaixo traz uma caracterização geral de cada um deles, sendo que dados adicionais são fornecidos pelas Fichas de Cadastro de Sítios Arqueológicos / Modelo CNSA-IPHAN (*Anexo 1*).

▪ **Sítio Pedrinhas**

Este sítio está localizado próximo ao entroncamento da estrada Barra Grande - São Pedro com a trilha para a Cachoeira das Pedrinhas e para o Rancho Queimado. Trata-se de um sítio lítico a céu aberto, com material distribuído pela superfície da estrada que está em nível mais baixo do terreno, portanto, ao menos parte do sítio ainda está enterrado e deve estar preservado.

Dentre o material coletado tem-se três lascas, uma de sílex e duas de quartzo hialino, sendo duas com talão liso e uma com talão facetado. Duas delas apresentam medidas semelhantes (3,1 X 2,3 X 0,7 cm; e 2,9 X 1,9 X 0,9 cm); já a terceira lasca está fragmentada no comprimento.

Outra peça coletada, e que se destaca, é um fragmento de ponta projétil em quartzo leitoso, tendo-se coletado sua base junto ao pedúnculo. Apresenta lascamento bifacial e, embora fragmentada, sem comprimento estimado é de 5 cm de comprimento. Sua largura é de 2,5 cm e espessura de 0,9 cm.

Os fragmentos foram encontrados em superfície na estrada citada, numa situação de alta vertente e num ponto onde a estrada diminui um pouco a sua declividade. Morros agudos são avistados do local e a vegetação é predominantemente formada por floresta ombrófila densa, com algumas manchas de campos naturais e floresta secundária inicial (Prancha 17).

▪ **Sítio do Carmo**

O sítio do Carmo está localizado num terraço fluvial restrito, na margem esquerda do rio homônimo, em local onde está instalada a Base do Carmo.

Os sedimentos arenosos da estrada prospectada reforçam a possibilidade do local se tratar de um terraço fluvial, contrastando topograficamente com o entorno, pois a área do sítio possui vertentes de baixas declividades, enquanto o entorno apresenta morros altos com topos convexos e agudos, além de vertentes de altas e médias declividades (Prancha 18).

Excluindo as áreas abertas da estrada e da base operacional do Carmo, a vegetação é bastante densa. Os vestígios foram encontrados ao longo da estrada, na margem esquerda do rio do Carmo e próximo ao encontro com o córrego Lageado. Dentre os vestígios destacam-se:

- um bloco de quartzito com marcas de uso como batedor;
- peças em sílex, em sua maioria lascas, tendo-se coletado uma lasca retocada;
- fragmentos cerâmicos.

As peças foram encontradas em locais de solo revirado pela abertura da estrada ou construção da sede, o que sugere tratar-se de um sítio enterrado.

A lasca retocada, feita sobre sílex preto (Prancha 18, foto 3), apresenta talão facetado e retoques na extremidade distal (formando um pequeno bordo retilíneo de ângulo fechado, inferior a 45°) e também sobre o talão (formando um segundo bordo, desta vez convergente em bico, com ângulo mais abrupto, entre 90°). Trata-se, portanto, de um artefato duplo, uma vez que apresenta dois bordos ativos (inclusive com marcas de uso), com ângulos distintos, sugerindo diferentes funções (uso tipo faca para o bordo fechado, uso tipo raspador para o bordo abrupto).

No que se refere aos fragmentos cerâmicos, apresentam antiplástico mineral, com grãos de mica e quartzo até 0,3 cm de espessura. Suas superfícies externas e internas são alisadas, de coloração marrom a cinza escura. Apresentam queima incompleta, com presença de núcleos mais claros na seção transversal da peça. Nenhuma apresenta decoração. Todas constituem fragmentos de parede, portanto, a ausência de bases ou bordas impede o desenvolvimento de análises morfológicas dos artefatos envolvidos.

▪ Área de Ocorrência 1

Durante as prospecções realizadas no Setor 8 (Saibadela) foi identificada uma peça lítica no leito do rio Saibadela. Feita sobre rocha básica, esta peça apresenta marcas de polimento sugerindo uma pré-forma de tembetá. Traz ainda dois entalhes nas laterais, provavelmente feitos por abrasão (Prancha 19).

Nenhum outro vestígio arqueológico foi identificado nas proximidades, tendo-se prospectado tanto o leito do rio Saibadela (de onde esta peça foi coletada) como as áreas firmes ao redor (margens). É possível que ela tenha sido transportada pela ação da água, vindo de algum ponto a montante dali.

A peça apresenta sinais de desgaste pela ação das águas, dificultando uma análise tecnológica mais apurada. Sugere, conforme já indicado acima, tratar-se de uma pré-forma de tembetá, artefato bastante utilizado por grupos indígenas brasileiros como adorno labial.

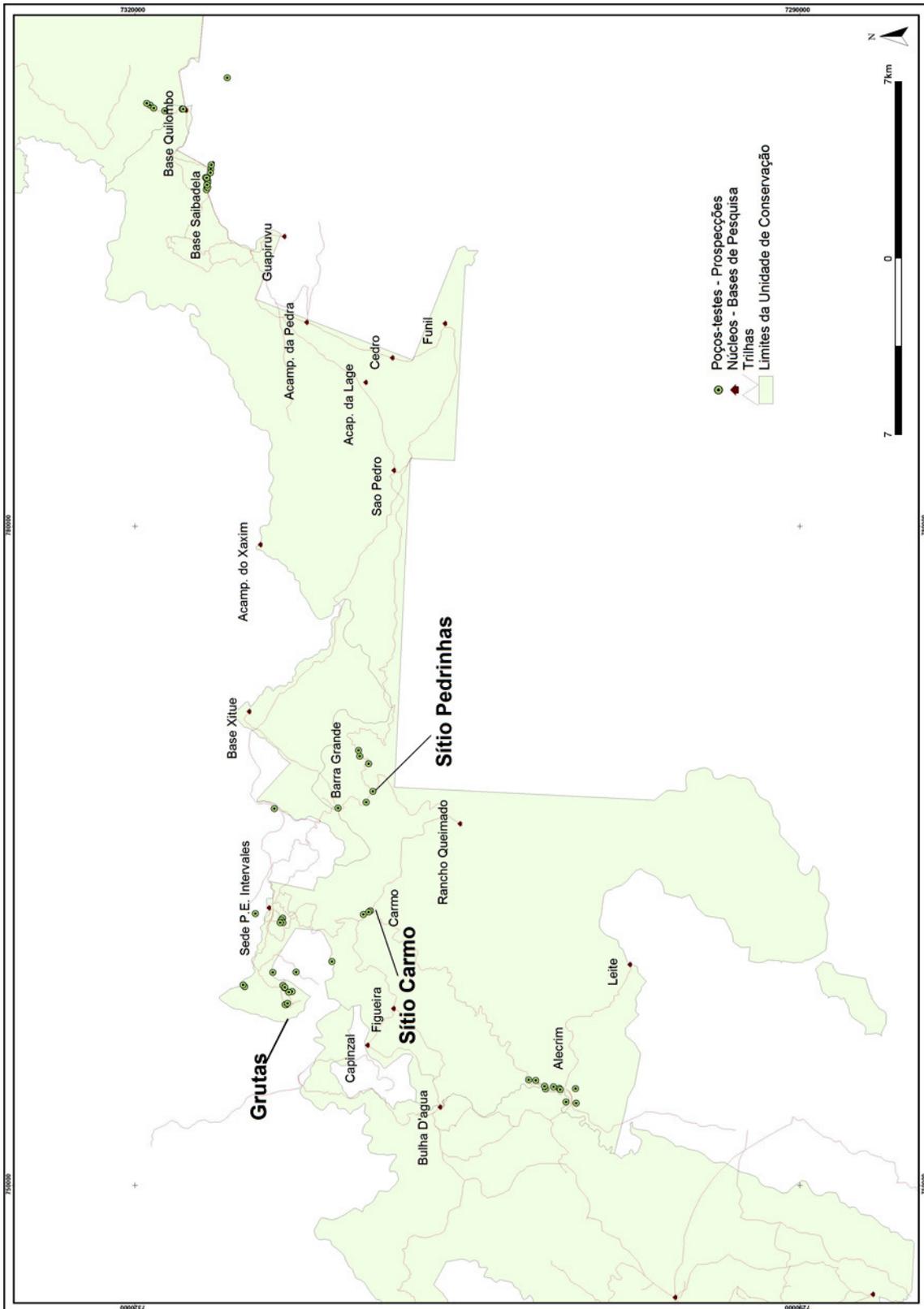


Figura 6 - Localização dos sítios arqueológicos.

Os vestígios arqueológicos do Parque Intervales no contexto regional de ocupações humanas

Os vestígios arqueológicos identificados no interior do Parque Intervales, compreendendo 2 sítios arqueológicos e uma Área de Ocorrência, indicam um patrimônio positivo para a área. Este resultado era esperado, considerando o rico e diversificado contexto de ocupações indígenas que se desenvolveram na região do alto Paranapanema e vale do Ribeira de Iguape, ao longo do tempo.

As indústrias arqueológicas presentes nestes sítios remete a pelo menos dois horizontes culturais distintos, descritos neste capítulo (O Contexto Arqueológico Regional). Tem-se, assim:

- O material lítico lascado do sítio Pedrinhas remete à indústria Umbu, relacionada a grupos indígenas caçadores e coletores que ocuparam a região entre 12.000 a 1.000 anos atrás. Esta relação é feita tanto pelas características tecnológicas das peças presentes no sítio Pedrinhas como, especialmente, pelo fragmento de ponta projétil com lascamento bifacial.
- O material cerâmico do sítio Carmo remete à tradição Itararé, relacionada a grupos indígenas cultivadores que teriam ocupado a região aproximadamente há 1.000 anos atrás. Estes grupos provavelmente entraram em contato com o colonizador português que, a partir dos séculos XVI-XVII, iniciaram suas investidas pela região.

Já a peça lítica polida, como ocorrência isolada, não pode ser associada com segurança a algum destes dois contextos indígenas de ocupação, uma vez que poderia pertencer a qualquer um deles. Poderia, ainda, pertencer a algum outro contexto de ocupação, com sítios ainda não identificados na área do Parque Intervales (mas com vários sítios em seu entorno), como a indústria cerâmica Tupiguarani.

Em síntese, estes vestígios se enquadram perfeitamente nos cenários de ocupação indígena pré-colonial conhecidos para a região de entorno. Possíveis novas pesquisas arqueológicas na área do Parque Intervales certamente deverá resultar no cadastro de um maior número de sítios arqueológicos relativos a cada um destes horizontes (tradição Umbu e tradição Itararé), uma vez que eles geralmente ocorrem em concentrações, e nunca isolados.

Por outro lado, novas pesquisas poderão ainda reconhecer vestígios relacionados a outras ocupações indígenas conhecidas para o Paranapanema e o Ribeira de Iguape, como a tradição cerâmica Tupiguarani e a tradição lítica Humaitá, ampliando a natureza do patrimônio arqueológico do Parque Intervales.

3.3.3.5 ESTUDOS DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

Abrangendo uma área de 2.830.666 hectares, com 1.119.133 hectares no Estado do Paraná e 1.711.533 hectares no Estado de São Paulo, a região conhecida como “vale do Ribeira” é constituída pela Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e pelo Complexo Estuarino Lagunar de Iguape, Cananéia e Paranaguá. Ao mesmo tempo em que é considerada a reserva de água doce mais significativa dos dois estados, o vale do Ribeira é tido como um multifacetado complexo cultural, dada a presença de diversos grupos humanos específicos, tais como indígenas, caiçaras, remanescentes de quilombos e pequenos agricultores.

De outro lado encontra-se o vale do Paranapanema, o Alto Paranapanema, formado pelo trecho que vai de suas nascentes nas drenagens da serra de Paranapiacaba até o encontro com o rio Apiaí-guaçu, cerca de 150 km abaixo.

Enquanto do Estado do Rio de Janeiro até Santos o litoral é bastante recortado e freqüentemente invadido pela serra, as porções que se estendem pelo litoral santista até o Paraná ganham outro perfil, mais regular, recuado e portador de uma vasta área de terras baixas por onde seguem seu curso os rios da bacia do Ribeira do Iguape (LOPES, 1957). Inicialmente vinculado à dinâmica imposta pela sua área costeira - notadamente pelas localidades de Iguape e Cananéia -, o vale do Ribeira foi aos poucos atenuando sua dependência do litoral, configurando-se, assim, como uma região autônoma dotada de suas próprias características socioeconômicas e culturais. Essa transformação, todavia, não foi imediata, mas um movimento ocorrido ao longo de seu lento processo de ocupação e marcado por profundas rupturas e continuidades.

Nesse âmbito, vale ressaltar que as regiões litorâneas constituíram os principais pontos de partida para a colonização portuguesa em terras americanas. Sem tirarmos de foco a sólida experiência adquirida pelos lusitanos mediante a exploração das zonas litorâneas da África e das Índias, o colono português, já nos primeiros contatos com as terras e povos desconhecidos da América, concebeu o litoral como um reduto menos incerto e incomensurável que os sítios interioranos. Mas, obviamente, não se tratava apenas disso. Ao configurar um empreendimento fundamentalmente exteriorizante, direcionado para o acúmulo de capitais pela metrópole, a colonização portuguesa travou uma relação polissêmica com as regiões litorâneas. Paragem obrigatória das embarcações que percorriam o eixo Atlântico-Sul do Império português levando e trazendo produtos tropicais, escravos e toda sorte de mercadorias, o litoral desempenhou, em primeiro lugar, um papel funcional na exploração colonizadora. Concomitantemente, parte do litoral - notadamente o vicentino e o nordestino - cumpriu função estrutural na economia colonial, visto que suas características topográficas e climáticas proporcionaram condições favoráveis para o cultivo da cana-de-açúcar, o principal gênero de exportação da América portuguesa até a consolidação do café, já em meados do século XIX. Ademais, com seus fortes e outros empreendimentos bélicos, as áreas litorâneas também exerceram um papel defensivo das terras luso-americanas.

No entanto, se a predileção pela ocupação das faixas costeiras da América portuguesa chegou a se tornar motivo de críticas recorrentes em torno do processo de colonização português - como a de um frei Vicente do Salvador que, no século XVII, acusava os colonos de se aterem ao litoral “como caranguejos” -, a penetração dos portugueses para além das orlas marítimas foi um processo contínuo e decisivo, mesmo que lento, para a ocupação das terras americanas pela Coroa. Foi justamente nesse gradativo movimento de penetração, onde as hierarquias sociais se viram mais maleáveis devido às conjunturas exploratórias, que o colono congregou as terras americanas à lógica do Império ultramarino português (SOUZA, 1997: 42).

Por vezes distante das igrejas, conventos, câmaras municipais e de outras instituições oficiais erigidas no litoral, a marcha de penetração em direção ao interior da América se delineou sob a forma de empresas isoladas, que por seu turno criaram núcleos populacionais rarefeitos, pouco coesos entre si e vinculados interesses específicos. Mas também foram estabelecidos, contudo, centros demográficos mais adensados que serviram como ponto de referência para novas expedições

ou mesmo para o contato com localidades já conhecidas, cristalizando assim um malha de contato, mesmo que tênue, entre as áreas ocupadas pela colonização.

Num processo onde a espontaneidade norteou boa parte das incursões iniciais dos colonos, as rédeas metropolitanas não foram alheias; essas se fizeram presentes, entre outras formas, na instalação de povoados estratégicos para o encaminhamento da exploração colonial. Embora com certa frequência tenha saltado aos olhos do historiador como essencialmente burocrática e, conseqüentemente, ineficaz (HESPANHA, 1994), a administração metropolitana teve participação decisiva na formas de ocupação da América portuguesa.

Imbricada na expansão do capitalismo mercantil europeu, a colonização portuguesa - e a moderna, em geral - não constituiu um movimento eminentemente demográfico, tal como haviam sido algumas das experiências expansionistas da Antiguidade, haja vista a colonização grega, que fora estimulada, em grande medida, por pressões de ordem populacional. Sua vocação mercantil, estruturada na extração e produção de bens comercializáveis com a metrópole a fim de enriquecê-la, não excluiu, todavia, certa dimensão demográfica, dado que constantes mobilizações populacionais foram necessárias para que a empresa colonizadora se concretizasse. Sem fugir dessas diretrizes básicas, componentes do chamado sistema colonial, o processo de colonização da América portuguesa reproduziu um paradoxo inerente às experiências colonizadoras modernas: se em princípio a colônia pode ser concebida como extensão da metrópole, por outro lado ela também comportou a negação da própria mãe-pátria, já que os movimentos de imigração para as terras coloniais inevitavelmente trouxeram em seu bojo as raízes para formação de uma sociedade distinta e, em muitos prismas, antagonica da sua matriz européia (NOVAIS, 1997: 17-18).

Nesse sentido, vale notar que se no aspecto administrativo as instituições coloniais foram elaboradas em Lisboa, no âmbito econômico o interesse do colonizador foi preponderante na determinação do ritmo e das balizas para a exploração do Novo Mundo. Assim, a intervenção do governo português na América foi bastante variada, oscilando entre o rigor e o desinteresse quase que total, de acordo com a região em pauta, criando, com isso, formas de relacionamento distintas entre a metrópole e cada Capitania. A própria ineficácia governamental dos vice-reinos (esfera maior do governo metropolitano em suas colônias) ante o relacionamento direto que as Capitanias estabeleciam com a Metrópole - procedimento esse que era, geralmente, endossado pela monarquia lusitana - elucidava a feição multifacetada do Império Português (RUSSEL-WOOD, 1977). Não é de se espantar, por conseguinte, que a experiência colonial portuguesa em terras americanas deparou, logo de início, com um uma difícil realidade: a presença de colonos numa colônia não garantiria, por si só, a exploração de seu território. Além disso, a dominação colonial também não se mostrava como resultado direto da exploração das colônias (ALENCASTRO, 2000).

Colocado em perspectiva, esse emaranhado de questões apontou para a necessidade da criação, por parte da metrópole, de mecanismos que assegurassem o controle da exploração colonial pela Coroa portuguesa. Esta, ao estabelecer uma política cujas bases estiveram direcionadas para a acumulação de capital pela Coroa via comércio ultramarino, teve de lidar com a pluralidade das experiências coloniais e, simultaneamente, impulsionar uma ocupação e exploração mais criteriosa da América portuguesa.

À medida que a colonização se expandiu, mesmo que irregularmente, para o interior do imenso território luso-americano, litoral e sertão deixaram de ser realidades inteiramente distintas e desconexas entre si. Assentadas cada vez mais em relações de interdependência e complementaridade, as terras interioranas e litorâneas compuseram quadros históricos de extrema complexidade, que se delinearam de forma singular conforme os critérios exploratórios e com a área em questão.

No caso do processo de ocupação do vale do Ribeira e alto Paranapanema, as relações entre o arcabouço teórico da administração metropolitana e a prática colonizadora denotam a multiplicidade de interesses que envolveram o processo de colonização da América portuguesa e, especificamente, de áreas tidas como de interesse secundário pela monarquia portuguesa. Discutir a atual configuração histórica do vale do Ribeira, inclusive seu propalado “isolamento” diante das demais regiões do Estado de São Paulo, é também fazer um esforço para compreender a forma pela qual a lógica colonizadora se instalou nessa região, e como aí se instaurou uma sociedade peculiar.

Vale ressaltar que para fins históricos e culturais não pesam diferenças significativas entre o vale do Ribeira e o alto Paranapanema. Tais definições foram construídas com fins de regionalização do espaço e não com percepções histórico culturais. Portanto, embora o Parque Estadual Intervales esteja na *hinterland* entre os vales do Ribeira de Iguape e do alto Paranapanema, em seus aspectos históricos e culturais ele se encontra dentro do universo que a bibliografia consagrou sob o título de “vale do Ribeira”. Esse universo apresenta-se multifacetado internamente, porém coeso e passível da compreensão como um todo quando observado a distância: seu processo histórico de ocupação é uno e as culturas que ali se desenvolveram intimamente ligadas a esse mesmo processo.

Exatamente por isso, no corpo do texto, aparecerá recorrentemente o termo “vale do Ribeira”, dentro do qual deve, também, se compreender a região do alto Paranapanema, ou seja, a que vai de suas nascentes nas franjas da serra de Paranapiacaba até o encontro com o rio Apiaí-Guaçu, aproximadamente.

O vale do Ribeira e o litoral: o início de um processo de ocupação colonial

Ao se buscar reconstruir a história da ocupação colonial do vale do Ribeira é necessário ter em mente um aspecto específico que marcou todo o processo de povoamento das terras paulistas e, mais certamente, o estabelecimento da vila - depois cidade - de São Paulo. A história da ação colonizadora para além do litoral no planalto paulista pode ser compreendida pelo esforço contínuo em abrir caminhos e estabelecer áreas de influência cada vez mais distante dos núcleos originais de ocupação. A história de São Paulo é também a história do que Capistrano de Abreu chamou de “caminhos antigos e povoamento” (ABREU, 1930). Longe de terem se constituído como núcleos de povoados meramente isolados e fortuitos, as áreas de ocupação do sertão paulista fizeram parte de um movimento histórico dilatado em que o conhecimento do território permeou toda a formação dessa sociedade que, mesmo com o passar dos anos, teve na cidade de São Paulo o seu ponto de partida. Como ressaltou Teodoro Sampaio (SAMPAIO, 1902: 163):

“Entre estas artérias históricas, irradiantes como os dedos de uma gigantesca mão espalmada sobre o território paulista, medeava o deserto, o verdadeiro sertão, ampliando-se sempre, e cada vez mais ignorado à proporção que as estradas se afastam, e, todavia não mais conhecido nas próprias vizinhanças da capital, que era o centro verdadeiro deste sistema da viação interior”

Mas antes da fundação e do desenvolvimento de São Paulo de Piratininga, foi o litoral que constituiu a porta de entrada e o primeiro palco da colonização portuguesa nas terras que futuramente receberiam o estatuto de paulistas. Com a chegada da expedição de Martim Afonso de Souza à América, em 1530, iniciou-se a ocupação sistemática da região costeira a partir da criação de núcleos de povoamento e pequenas unidades político-administrativas alinhadas com a lógica colonizadora, que a esse tempo ainda mesclava os sistema de feitorias - esquema muito caro à colonização lusa na África - com o da *plantation*, utilizado pelos mesmos portugueses na ilhas africanas do Atlântico.

Já em 1530, São Vicente se caracterizava por ser um modesto conjunto de dez ou dozes casas, com população mista, tendo na ilha de Santo Amaro o instrumento de fixação dos portugueses e um ponto de partida para as demais localidades do litoral vicentino, tal como Santos, que foi ocupada simultaneamente a São Vicente. Se a extração de pau-brasil já estava sendo feita por pequenos grupos de europeus ali já instalados - sobretudo de castelhanos -, a essa época foram acrescentados os primeiros engenhos de cana-de-açúcar, cultura trazida pelos portugueses de suas experiências antecedentes nas ilhas atlânticas africanas. A introdução de animais e de outras plantas cultivadas ajudou a compor esse panorama ainda em processo de criação, que por sua vez configurou o primeiro núcleo sólido de colonização portuguesa no litoral da Capitania de São Vicente.

Além de São Vicente e Santos - que compunham os principais núcleos de ocupação da região nesse período - outros povoados surgiram das iniciativas ligadas à expedição de Martim Afonso de Sousa. Entre elas esteve Cananéia, localidade na qual o explorador português e sua esquadra aportaram no ano de 1531, e ali já encontraram castelhanos explorando o pau-brasil. Por se tratar de uma região relativamente próxima aos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, a presença de espanhóis na região era muito grande, o que explica o fato de Cananéia ter sido colonizada por portugueses e Iguape fundada por um espanhol refugiado. Com suas barras, ilhas e canais, essa porção do litoral vicentino logo se mostrou favorável à navegação, atraindo inúmeros aventureiros e exploradores do velho continente.

Assim, o primeiro núcleo de Iguape foi estabelecido por volta de 1537, a partir da fixação de um grupo de castelhanos oriundos da região do rio da Prata liderados por Rui Garcia de Mosquera. Por estar situado num ponto de passagem para portugueses e espanhóis que se embrenhavam através da bacia do rio da Prata em busca de metais preciosos, o porto de Iguape se tornou uma das principais vias de penetração do litoral vicentino no século XVI, importância essa que se estendeu pelo XVII e foi o motivo central da criação da Vila de Nossa Senhora das Neves, em 1635, futura Vila de Iguape.

Paralelamente à sua consolidação como área portuária e de penetração para o interior, Iguape assistiu ao desenvolvimento da exploração do ouro de lavagem, que constituiu a primeira atividade de fato rentável da localidade. Embora nunca tenha oferecido grandes somas aos portugueses, o ouro de Iguape abriu precedentes para que sucessivas investidas fossem levadas a termo para o interior do continente, sobretudo para regiões mais próximas, tais como o vale do Ribeira. Além da bandeira organizada pelo próprio Martim Afonso de Sousa, tem-se notícia de outras expedições rumo à região, tais como a de Aleixo Garcia - que em 1536 seguiu pelo rio Paraná até o Peru - e a de Braz Cubas que, após ter explorado as imediações de São Vicente, adentrou na bacia do Ribeira de Iguape até as imediações da atual cidade de Apiaí.

No que tange à penetração colonizadora pelo litoral vicentino, faz-se necessário notar a ampla utilização feita pelos exploradores portugueses dos caminhos indígenas pré-existentes à chegada dos europeus. Esse sistema pré-cabralino constituía um conjunto de trilhas e rotas que dotavam os nativos de eixos básicos para mobilidade. Essas trilhas eram geralmente estreitas e designadas para serem percorridas a pé e em filas, consolidando uma lógica de relação com o espaço diversa daquela concebida pelo colono português. Este tinha na feitura de um caminho a idéia de perenidade, ao passo que o índio, muitas vezes, vislumbrava no ato de se embrenhar pelas terras a noção de uma nova empresa, mesmo que calcada em conhecimentos anteriormente adquiridos (HOLANDA, 2005). Os próprios artificios utilizados pelos nativos da América portuguesa indicam a concepção das rotas enquanto explorações sempre renováveis.

O ato de cortar galhos entre espaços seguidos a fim de delimitar expedições sucintas era comumente difundido entre os nativos, ao ponto desse processo, conforme a região, ganhar designações distintas, tais como *ibapaá*, *caapeno*, *cuapaba* e *caapepena*. Outro método utilizado pelos indígenas era o da observação do sol e estrelas que, de modo geral, oferecia as direções básicas para uma locomoção mais segura entre as matas fechadas. Além disso, os índios cultivavam uma “habilidade cartográfica” que elucidava os traços gerais da imbricação entre os acidentes naturais (saltos, cachoeiras, afluentes, etc.) e os caminhos humanos. Nessas representações a experiência de explorações anteriores assumia um papel preponderante, uma vez que ela fornecia informações a serem utilizadas numa próxima incursão (PETRONE, 1995; PRADO JR., 1972; HOLANDA, 2005).

Mas a despeito de terem utilizado as trilhas indígenas já em suas primeiras viagens ao interior da América, os portugueses não se apropriaram integralmente delas, como se estas fossem guias estanques a serem seguidas rigorosamente. O que de certo forma houve foi uma apropriação plural e pragmática do sistema viário nativo por parte do português que, de acordo com seus objetivos imediatos e de longo prazo, se valeu dos traçados gerais e de informações topográficas básicas dos índios a fim de implementar a empresa colonial (ABREU, 1930; HOLANDA, 2005; PRADO, 1925). De todo modo, a permanência de antigas trilhas indígenas durante o processo de colonização da América portuguesa não foi exceção, visto que caminhos como o dos Guaianás, que no século XVI levava Martim de Sá e sua expedição às regiões sulinas, ainda servia três séculos depois como ponto de referencia para petições de sesmarias na região (HOLANDA, 2005).

Repleta de rotas de penetração indígena, a costa vicentina ofereceu aos portugueses uma gama de possibilidades para suas incursões ao interior da América. Se as trilhas dos Guaianases e do Perequê os ajudaram a estabelecerem a ligação de São Vicente e Campos de Piratininga, outras, como o caminho do Peabiru, forneceram uma rota de penetração mais ao sul, proporcionando contato com regiões menos acessadas pelos habitantes de Santos, São Vicente e São Paulo, como foi o caso do vale do Ribeira.

Constituindo uma rota indígena com mais de duzentas léguas de terra batida e seis palmos de largura, o caminho do Peabiru ligava os oceanos Pacífico e Atlântico, cortando os atuais territórios do Chile, Paraguai e Brasil. Ao entrar na América Portuguesa, na altura do rio Piquiri, atravessava os rios Ivaí e Tibagi, bifurcando-se no vale do Ribeira, na altura de Apiaí. Desse ponto tomava dois rumos, sendo um deles para São Vicente e o outro para Cananéia e Iguape. O Peabiru tornou-se,

com suas inúmeras ramificações, numa rede de caminhos que serviram aos portugueses em suas expedições para o vale do Ribeira.

O vale do Ribeira e a mineração: ocupação e expansão colonizadora

Estruturada inicialmente no litoral - as duas primeiras vilas da Capitania foram São Vicente (1532 ou 1534) e Santos (1545) -, a colonização da então Capitania de São Vicente logo se mostrou ineficiente em sua feição litorânea. Se nos primeiros anos a lavoura canavieira prosperou em terras vicentinas, já na metade do século XVI, com o surgimento da produção açucareira nordestina - de melhor qualidade e mais próxima do mercado consumidor europeu -, a economia de São Vicente mostrou-se frágil e circunscrita à dura realidade de configuração natural de seu litoral (MORSE, 1970). Em primeiro lugar, o estreitamento da banda costeira - na altura de São Vicente e Santos, a distância entre o mar e o pé da serra não chega aos 15 quilômetros - restringia o povoamento a faixas apertadas e muito próximas ao oceano. Tal condição diferia muito dos litorais baiano ou carioca, por exemplo, que são formadas por largas planícies. Em segundo, além de estreito, o litoral vicentino apresentava outros empecilhos, como terrenos baixos, pantanosos e repletos de mangues.

Além de impróprios para a agricultura, essas áreas eram insalubres em demasia, configurando-se num ambiente hostil à implementação da atividade colonizadora (PRADO JR., 1972). Como notou Pasquale Petrone (PETRONE, 1995: 29), o baixo “espaço agrícola potencial” do litoral santista representava para os padrões de exploração dos primeiros tempos da colonização uma verdadeira barreira para a consolidação da empresa colonizadora. Na medida em que a economia colonial se valeu, pelo menos até o século XVIII, de atividades agrícolas de caráter extensivo, predatório e com baixo grau de re-investimento, a itinerância e a busca por novas porções de terra foram constantes entre os colonos. No caso do litoral santista, que além de ser estreito era composto por brejos, manguezais e vertentes íngremes de morros, a atividade colonizadora esbarrou nas insuficiências naturais do meio. Isso não significa afirmar, contudo, que o meio determinou a ação colonizadora na região; ele apenas balizou a ação do colono, mostrando-lhe as possibilidades e potencialidades de outras áreas, como foi o caso do planalto paulista.

No caso da porção litorânea situada mais ao sul da Capitania de São Vicente - especialmente nas imediações de Cananéia e Iguape -, a colonização também se mostrou hesitante, na medida em que a implementação da lavoura da cana-de-açúcar deu poucos resultados. Entretanto, diferentemente de São Vicente e Santos, Iguape apresentou, desde o início, um potencial para o desenvolvimento da economia mineradora, o que inclusive incentivou a penetração dos colonos portugueses para o vale do Ribeira ao longo dos séculos XVI e XVII.

Ao que parece, a exploração do ouro de aluvião no vale do Ribeira foi uma atividade levada a cabo anteriormente ao estabelecimento dos portugueses no litoral vicentino, tendo sido realizada, em princípio, por castelhanos. Nesse sentido, a tentativa em se controlar as entradas para o interior foi uma das primeiras ações feitas no litoral de Martim Afonso de Souza, donatário da Capitania de São Vicente, que passou a proibir as incursões para o sertão ainda na década de 1530.

A pouco e pouco a administração metropolitana começou tomar as rédeas da exploração aurífera no Ribeira, na medida em que o Governador Geral Dom Francisco de Sousa implementou em definitivo o aparelhamento da administração mineira em terras vicentinas. Em 1598 nomeou Diogo Gonçalves Laço para o cargo de provedor das minas e, em 1602, Diogo Gonçalves, neto do primeiro, para

desempenhar a mesma função. No mesmo período, Dom Francisco de Souza também nomeou um escrivão das minas e consentiu, a partir de 27 de maio de 1599, que qualquer colono que se propusesse a minerar na América portuguesa o fizesse mediante o pagamento do quinto à Fazenda Real. Ainda sim, foi somente com a criação do regimento das Minas - promulgado em Valladolid, a 13 de agosto de 1603 - que se instituiu uma legislação efetiva e específica sobre a mineração nas colônias portuguesas e que, entre seus diversos artigos, tornava obrigatória a criação de Casas de Fundição. No caso de Iguape, essa resolução foi posta em prática a partir do estabelecimento da Casa de Oficina real da Fundição do Ouro, no ano de 1635. O ouro bateiado era transportado para esse estabelecimento e transformado em “barras de ouro”. Por fim, o metal era transportado à vila de Santos.

Quando da chegada das recorrentes notícias acerca das minas de ouro do Ribeira, em fins do século XVI e início do XVII, moradores de Iguape e Cananéia partiram para a região em busca das propaladas riquezas, afluxo esse que fez surgir vários arraiais Ribeira acima, tais como Ivaporunduva, Iporanga, Apiaí, Paranapanema e Xiririca (atual Eldorado). Assim como Iguape e Cananéia, que já apresentavam algumas populações brancas castelhanas anteriores à chegada da esquadra Afonsina, essas localidades só passaram a ser efetivamente ocupadas em meados do século XVII, após a chegada dos exploradores oriundos do litoral das cercanias da vila de São Paulo. Dentre os clãs que ali se instalaram destacaram-se os Veras, família composta pelos irmãos Capitão Romão Pereira Veras, Antonio e Faustino Pereira Veras, filhos de Severino Veras e Maria Furtada. Sendo todos eles mineradores, casaram-se com famílias advindas de outras regiões da Capitania de São Vicente como os Pontes, os Monizes, os Antunes e os Cunha .

A essa época, mais especificamente no ano de 1655, Domingos Rodrigues da Cunha criou, juntamente com seu irmão Antonio Roiz da Cunha, uma sociedade mineradora em uma lavra comprada de Antonio Soares de Azevedo. Como forma de incrementar seu investimento os irmãos fizeram pesquisas nas lavras de “Upuranga” (abarcadas atualmente pelo município de Iporanga), “Apiahy”, Sorocaba e nas de Vurupunduba (atual bairro de Ivaporunduva, do município de Eldorado) (YOUNG, 1904).

Em decorrência da descoberta das minas de Ivaporunduva, Apiaí e Iporanga e do aumento demográfico por elas proporcionado, começaram a ser implantados os primeiros aparatos militares na região. Se por um lado as ordenanças eram símbolo de progresso e sistematização político-econômica, por outro elas também significavam certa elevação no estatuto do núcleo de povoamento. Deste modo, em 22 de março de 1768 as Câmaras Municipais das Vilas de Iguape e Sorocaba nomearam D. Luiz Antonio de Sousa Botelho Mourão, o próprio Morgado de Mateus, Capitão Mor da recém restaurada administrativamente Capitania de São Paulo, para ocupar o posto de Capitão-mor Regente de todos os sertões de Minas da Ribeira, Paranapanema, Apiaí e Nossa Senhora da Guia de Xiririca. Ao se tornar em pouco tempo a principal riqueza do vale do Ribeira, o ouro de Xiririca e Apiaí tinha como destino Iguape e depois o porto de Santos, mas antes disso fazia uma parada no porto de Registro, localizado na beira do rio Ribeira de Iguape, onde era cobrado o imposto real.

Em 1767 o Intendente da Real Capitação das minas de Paranapanema, José Barros de Lima, sugeriu a divisão da região tomando como referência o Ribeirão do Yporanga. Todavia, pelo fato de nesse mesmo

ano ter sido erguida a freguesia da Senhora da Guia de Xiririca, na margem oriental do Ribeira, Yporanga e sua capela filial ficaram pertencentes à Vila de Apiaí - já então fundada, e Yvaporunduva à freguesia de Xiririca. Entre esta localidade e Iguape havia uma pedra no meio do Ribeira logo abaixo do Juquiá, rio que ficou sob o controle de Xiririca.

O desenvolvimento da mineração contribuiu significativamente para a intensificação e interiorização da ocupação regional, de modo que o primeiros núcleo de povoamento do Ribeira foram consequência da exploração aurífera. A mineração contribuiu para a valorização econômica da região, bem como criou uma rede de caminhos entre o planalto e o litoral. Por meio de Apiaí foi possível a articulação entre Iguape e o caminho por onde transitavam os produtos que iam do Rio Grande até São Paulo. Iguape, por sua vez, ganhou a condição de “cabeça regional”, uma vez que era para lá que convergiam as levas de ouro extraídas nas minas da região (PETRONE, 1966).

No entanto, apesar da mineração ter contribuído para o desenvolvimento de alguma atividade comercial, mais especificamente nos núcleos litorâneos, essa não foi suficiente para modificar o perfil disperso da ocupação da região. Em primeiro lugar, pelo fato de que a exploração do ouro atraiu, em grande medida, habitantes de Iguape que, após o declínio da mineração, retornaram às suas roças de subsistência situadas no litoral. Em segundo lugar, uma vez que o tipo de extração feita nas minas do Ribeira foi a do ouro de lavagem, a ocupação na região acabou por se dar majoritariamente ao longo dos rios, configurando um povoamento descontínuo e rarefeito.

Questão em aberto é o processo de contato entre os colonos europeus e os grupos indígenas que habitavam a região, o que reflete, em verdade, a carência historiográfica em relação à história dos povos indígenas no Brasil. Uma possibilidade é que tenham sido tomados nos trabalhos das lavras auríferas ou mesmo nas roças dos povos da região. Outra é que tenham se retraído, se internando para regiões mais distantes do contato com o colonizador. De qualquer modo as dúvidas e as lacunas a respeito da história dos povos indígenas históricos na parcela sudeste da América Portuguesa, começa pelo próprio desconhecimento da dimensão de sua população e traços fundamentais de organização sócio política (MONTEIRO, 2002: 478).

O esboço de um novo perfil: o vale do Ribeira e as lavouras de subsistência

A economia mineradora no vale do Ribeira foi aos poucos perdendo a sua proeminência a partir da descoberta das Minas Gerais, de modo que em 12 de abril de 1763 encerram-se as atividades da Casa de Fundação de Iguape. Em relação ao desenvolvimento da mineração no vale do Ribeira, os Anais do Rio de Janeiro (PAULINO DE ALMEIDA, 1955: 38) contêm algumas indicações a respeito:

“...começou a crescer de tal sorte, que achando-se já ocupadas as situações mais vizinhas de seus limites, foi se o Povo estendendo pelo Ribeira asima, Rio navegável até quinze dias de viagem sem embarço considerável. Entam começaram a descobrir-se minas de oiro para aquelas partes, cuja extração foi permitida pela sua Magestade, porque ainda hoje se conserva aqui com as Armas Reais a casa que entam servia para a Fundação delle, durando esta ate o descobrimento das minas Gerais, em o ano de mil seis centos e noventa e sete pouco mais ou menos...que ficou sessando, porque quazi todos os Mineiros se ausentaram daqui para ditas minas”

Embora tenha sido evidente a redução na extração aurífera no vale do Ribeira após a descoberta das Gerais, talvez seja precipitado indicar uma “decadência” de tal atividade, uma vez que a

exploração de outras minas além das de Apiaí e Xiririca demonstram uma continuidade desse tipo de economia na região. Tal foi o caso das minas de Iporanga que, não obstante haver indícios de terem sido exploradas antes de 1655 - período no qual surgiu o primeiro arraial de sertanistas - foi somente no final do século XVII que se instaurou uma economia de extração mineral efetiva na área, sobretudo após as investidas dos mineradores Garcia Rodrigues Pais, José Rolim de Moura, Antonio Leme de Alvarenga e Nuno Mendes Torrres. A ocupação mais efetiva do Arraial de Iporanga se deu a partir do envolvimento de garimpeiros que se fixaram às margens do Rio Ribeira, onde ergueram também o Arraial Santo Antonio.

Ainda assim, em função da descoberta das Minas Gerais, em fins do século XVII, a busca pelo ouro do Ribeira foi diminuindo paulatinamente. Muitos mineiros de Apiaí, Xiririca e Iporanga se deslocaram para as Gerais a fim de enriquecerem por meio de sua experiência acumulada - levando para lá escravos e ferramentas específicas para a mineração -, ao passo que outros se voltaram para a agricultura de subsistência. Nesse sentido, dado que a economia mineradora concentrou um contingente significativo de mão-de-obra escrava, alimentou-se também uma produção e um mercado de produtos agrícolas de subsistência.

Participando cada vez menos na economia do vale do Ribeira, a atividade mineradora ainda permaneceu como atividade econômica na região até as primeiras décadas do século XIX, quando a maioria das minas passou a apresentar sinais de exaustão. De produção bem inferior àquelas oferecidas pelas Gerais, as minas do Ribeira nunca entusiasmaram em demasia a administração metropolitana, haja vista a continuação que se deu na busca por metais preciosos no restante da colônia.

Ao mesmo tempo em que a mineração começou a dar sinais de estagnação, outra atividade começou a ganhar relevo nas terras do vale do Ribeira, especialmente durante os séculos XVIII e XIX: o cultivo do arroz. Se num primeiro momento a rizicultura foi desenvolvida como fonte de subsistência dos habitantes da região, gradativamente ela foi tomando contornos de mercado, sendo inclusive produzida por proprietários de terra possuidores de escravos, e que redirecionaram o capital adquirido nos tempos mais lucrativos da mineração. No início do século XIX o arroz se tornou o principal elemento da balança comercial de diversas localidades do Ribeira, em especial de Iguape, na Vila de Nossa Senhora das Neves.

A localização estratégica de Iporanga também favoreceu ali a implementação da rizicultura. Na sua parte superior praticava-se o comércio com outras vilas que chegavam do Planalto, ao passo que na inferior podia-se comercializar com os núcleos de Xiririca e Iguape. Aos poucos essa dinâmica comercial trouxe-lhe certa riqueza, sendo elevada à categoria de Freguesia em 1830 e, em 1832, a Distrito de Paz. Além disso, em meados do século XIX minas de chumbo foram descobertas em certas áreas de Iporanga, mas que por conta das limitações tecnológicas da época só seriam aproveitadas de maneira efetiva ao longo do século XX.

O desenvolvimento da rizicultura e do beneficiamento do arroz trouxe novas perspectivas para o vale do Ribeira, fazendo com que o arroz da região competisse com o similar produzido no Maranhão, tido como o de melhor qualidade entre os séculos XVIII e XIX. Em 1836 Iguape possuía 83 engenhos de beneficiamento de arroz, ao passo que Cananéia contava com 12, sendo todos atrelados à produção do Ribeira. Concomitantemente à expansão das áreas agrícolas cultivadas

ocorreu um novo crescimento populacional, bem como houve um estímulo a novas atividades na região, tal como a indústria de estaleiros, cujos expoentes máximos foram Cananéia e Iguape que, mesmo situados no litoral, possibilitaram um maior escoamento da produção do vale do Ribeira, tendo como destino Santos, São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, a extração de madeira passou a desempenhar um papel importante para a economia da região.

A partir de meados do século XIX, porém, a rizicultura entrou num período de declínio em virtude das oscilações do mercado e das dificuldades de reposição da mão de obra escrava após a abolição do tráfico, em 1850. Não se pode esquecer que nesse período a cafeicultura já vinha se expandindo pela província de São Paulo, e por conta disso o contrabando de cativos pelos cafeicultores fez o preço do braço escravo crescer ainda mais. A cafeicultura também abriu mercados para o arroz de outras regiões, sobretudo aquele oriundo de Minas Gerais e Rio de Janeiro, sem contar as importações da produção norte-americana. Adicionalmente, ao ser deixado de lado da malha ferroviária implementada para a articulação das zonas cafeeiras, o vale do Ribeira se viu ainda mais isolado do restante da província.

Assim, dado que os rizicultores escravocratas da região do Ribeira não compunham uma força social capaz de interferir no andamento dos grandes negócios do Império e viabilizar seus interesses, as conseqüências desse novo panorama foram problemáticas para a economia do vale do Ribeira, visto que a cafeicultura impossibilitou o fazendeiro dessa região não apenas de comprar novos contingentes escravos, mas também de substituir, posteriormente, o braço cativo pelo estrangeiro assalariado (MULLER, 1980: 26):

“a cafeicultura negou, por conseguinte, a reprodução da fazenda escravocrata no Vale e, mais tarde, na dobra do século XIX, negará a reorganização em bases não escravas, vale dizer de colonos assalariados”

Mesmo com todas essas implicações, o cultivo do arroz perdurou na região. A permanência da rizicultura comercial no vale do Ribeira, entre o final do século XIX até os anos vinte do XX, esteve alinhada ao crescimento da demanda de gêneros alimentícios em São Paulo e Rio de Janeiro, o que garantiu à produção do Ribeira uma fatia no mercado nacional. O problema é que, diferentemente de outras regiões do Brasil, a agricultura comercial de alimentos no vale do Ribeira não propiciou uma acumulação significativa de capitais que foram re-investidos num desenvolvimento regional. Muito pelo contrário, o vale do Ribeira continuou numa situação de relativa pobreza em relação às demais áreas da Província e, posteriormente, do Estado de São Paulo. As sucessivas oscilações de mercado, a concorrência da produção de outras regiões e a precariedade do sistema de transportes fizeram o vale mergulhar, notadamente a partir da terceira década no século XX, num período de baixo desenvolvimento socioeconômico. Em virtude disso, parte da opinião pública passou a chamá-lo de “o Sertão do Litoral”.

O “caminho para o sul”: o vale do Ribeira na rota do tropeirismo

Durante cerca de duzentos anos a marcha pelos estreitos caminhos paulistas foi majoritariamente feita a pé. Excluindo-se algumas áreas em que a navegação por rio figurou desde os primórdios da colonização - tal como os trechos de alagadiços existentes na bacia do Ribeira de Iguape, que tinham nos portos de Iguape e Cananéia suas principais saídas para o Atlântico, a navegação fluvial constituiu exceção em São Paulo entre os séculos XVI e XVII. A própria navegação pelo rio Tietê, que

eventualmente havia sido feita durante esse período, só consolidou-se de fato depois de transcorrida a primeira década do século XVIII, quando as monções do Cuiabá estabeleceram um sistema de comunicação regular com o Mato Grosso (HOLANDA, 1995).

A locomoção por tração animal também representou, até as primeiras décadas do século XVIII, uma atividade de difícil execução em São Paulo. Não obstante as sucessivas tentativas dos sertanistas em incorporar mulas e cavalos nas suas expedições ao interior, as vicissitudes típicas das jornadas pelos sertões retardaram a inclusão definitiva desses animais no sistema de transportes paulista. O exemplo de Bartolomeu Bueno é emblemático. Em 1722 o sertanista ficou com apenas 5 dos 38 cavalos que o acompanharam a Goiás (HOLANDA, 2005).

Eram de toda sorte os empecilhos à implementação de um sistema definitivo de locomoção animal. Em primeiro lugar, a estreiteza e precariedade das estradas impossibilitavam que os animais se movessem de forma apropriada. Construída para a passagem de pedestres, a maioria das estradas apresentava escadas nos lugares mais íngremes. Ademais, as cavalgadas eram pertences de relativo vulto, o que desestimulava a sua utilização em caminhos tão cheios de problemas. Assim, até o final do século XVII a utilização de cavalos e mulas na Capitania de São Paulo servia, sobretudo, a expedições breves feitas em áreas predominantemente formadas por descampados.

Durante esse período o transporte de mercadorias entre as diversas regiões de São Paulo ficou a cargo dos indígenas administrados ou escravizados, que transportavam por longas distâncias cargas - em geral alimentos - que excediam os trinta quilos por carregador. Na maioria das vezes os carregadores eram do sexo masculino, o que em muitos casos acabava por subverter a lógica pré-cabralina das relações de trabalho dos nativos. As sociedades guarani, por exemplo, que foram as principais fornecedoras de mão-de-obra indígena aos colonos portugueses durante os séculos XVI e XVII, costumavam atribuir às mulheres a tarefa do transporte (MONTEIRO, 1995: 123-124).

Se por um lado a utilização dos carregadores indígenas atenuava a necessidade da criação de um sistema viário mais aprimorado - condição essa imperativa para a locomoção com animais -, por outro garantia aos colonos um transporte relativamente rápido e de baixo custo. Ainda sim, a maioria dos paulistas não contava com excedentes de mão-de-obra suficientes para manter um número satisfatório de índios de carga, o que tornava o aluguel de carregadores uma prática comum em São Paulo.

O transporte indígena foi de fundamental importância para o desenvolvimento econômico de São Paulo, uma vez que sua relativa eficiência e baixo custo proporcionaram aos colonos comercializarem os produtos agrícolas produzidos no planalto em circulação, como o milho, a mandioca, o feijão e, especialmente, a farinha de trigo. A importância dos carregadores indígenas se tornou tão patente que o transporte por eles encabeçado era um dos grandes demandantes de mão de obra indígena, capturada nas incursões de bandeirantes pelos sertões. Na época não foram raras as denúncias, sobretudo de jesuítas, em relação ao abuso cometido pelos colonos em relação à exploração da mão-de-obra indígena para o transporte de mercadorias (MONTEIRO, 1995: 124-126).

Os carregadores indígenas só foram substituídos sistematicamente pela locomoção animal com a abertura do “caminho do Sul”, que ligava Curitiba aos campos de Viamão e à colônia do Sacramento. A instalação de um sistema de comunicação que ligasse as áreas de criação de cavalos e muarens às consumidoras foi facilitada pelas áreas de campos presentes no Brasil Meridional. Ao

proporcionar um contato mais regular de São Paulo com os criadores de gado e castelhanos, a comunicação com o sul alterou significativamente o perfil da sociedade paulista, seja em termos econômicos - dada a inserção definitiva dos animais enquanto meio de transporte de carga - seja em termos culturais, como a incorporação da cuia de tomar congonha, do poncho azulado forrado de baeta vermelha e das atividades referentes ao manejo dos cavalos (HOLANDA, 2005: 129-130).

O intitulado caminho do Sul, aberto em torno de 1733, foi majoritariamente organizado a partir do aproveitamento desses campos, que facilitavam a marcha do gado. Entretanto, o caminho do Sul não percorria apenas áreas de campos, já que esses se alternavam com extensas matas. A “estrada da mata” - que ligava Currealinho, ao Sul da Lapa, e Timbó, ao norte de Lajes - constituía um exemplo claro dos problemas de circulação na região. Deste modo, a abertura dos caminhos que ligaram os campos do Sul a São Paulo se deu em diversas etapas. Bartolomeu Pais de Abreu já solicitava, em 1720, a ligação entre o Rio Grande e São Paulo, alegando a importância desse empreendimento para o enriquecimento da Colônia. Posteriormente, homens como Francisco de Sousa Faria e Cristóvão Pereira de Abreu se destacaram na arregimentação de forças e grupos interessados na continuação da empreitada (PETRONE, 1976).

Pelo fato do elemento constitutivo do caminho do Sul ser formado pelos próprios campos da região, seu traçado sofreu poucas alterações ao longo do tempo, visto que a descrição da rota no século XVIII se assemelha muito com a caracterização feita por Pedro Muller (MULLER, 1923), em 1836. Assim, as principais balizas do caminho do Sul no século XVIII eram Sorocaba, Itapetininga, Jaguariaíva, Castro, Carambeí, travessia do rio Iguaçu, Currealinho, campos de Curitiba, campos de Lajes, para, depois da travessia do rio Pelotas, seguir aos campos de Viamão e atravessar o rio das Antas e o das Camisas. A única diferença desse caminho para o descrito por Pedro Muller é que este indica uma bifurcação a partir de Lajes. Um dos atalhos seguia em direção aos campos de Vacaria; o outro atingia áreas mais a Leste, chegando aos campos de Viamão.

Com a abundância cada vez maior dos cavaleiros e muareiros vindos dos campos sulinos, o carregador indígena viu-se substituído, gradativamente, pelas tropas de animais. Além disso, a escassez do braço indígena nesse momento já mostrava que sua utilização como transporte de mercadorias não era rentável quanto outrora. Direcionados em grande parte para a lavoura, os índios assistiram à ascensão de uma figura que se tornaria emblemática da sociedade paulista entre meados do século XVIII e as primeiras décadas do XIX: o tropeiro.

A figura do tropeiro ainda não recebeu atenção merecida por parte da historiografia brasileira. Tratado geralmente de forma romantizada, depreciativa ou secundária, o tropeiro ocupou, na realidade, um lugar de destaque no desenvolvimento da América Portuguesa e do Império do Brasil, importância essa que só se arrefeceu com a chegada das estradas de ferro na segunda metade do século XIX. O tropeiro, em primeiro lugar, foi um elo essencial entre o mundo rural e urbano, já que nessa época as informações demoravam sensivelmente para se deslocar de um núcleo populacional para outro, principalmente quando serras, rios e obstáculos naturais dificultavam a mobilidade dos viajantes. Em segundo, devido a sua situação estratégica no mundo mercantil, os tropeiros desempenhavam um papel bastante importante para os proprietários interioranos, na medida em que traziam as novidades da situação econômica da Corte, funcionando, assim, como um tipo de

conselheiro de negócios. Em terceiro, os tropeiros ajudaram a criar e consolidar caminhos fundamentais de ligação entre as diversas regiões pelas quais passavam.

Segundo Sergio Buarque de Holanda (HOLANDA, 2005: 132-133), o tropeiro representa um amálgama de culturas, interesses e temporalidades, além de ter iniciado uma nova mediação entre a produção e sua comercialização:

“O tropeiro é o sucessor direto do sertanista e o precursor, em muitos, do grande fazendeiro. A transição faz-se assim sem violência. O espírito de aventura, que admite e quase exige a agressividade ou mesmo a fraude, encaminha-se, aos poucos, para uma ação mais disciplinadora. À fascinação dos riscos da ousadia turbulenta substitui-se o amor às iniciativas corajosas, mas que nem sempre dão imediato proveito. O amor da pecuária sucede ao gosto da rapina”

Outra característica central dos tropeiros era a sua estreita relação com os setores produtivos junto aos quais ele desempenhava seus trabalhos. No caso daqueles vinculados aos gêneros de primeira necessidade, chega a ser difícil fazer uma distinção clara entre “proprietários” e “tropeiros”. As tropas de abastecimento eram muitas vezes compostas por familiares ou parentes dos próprios produtores da mercadoria transportada, o que estreitava ainda mais as relações entre esses grupos. Assim, um dos pontos de partida para uma compreensão mais apurada das tropas de abastecimento é conceber tropeiros e proprietários como setores socioeconômicos estritamente associados, mesmo porque, em São Paulo, não era o tropeiro mais abastado que se “aventurava” como proprietário, mas sim o contrário, resultando daí um desempenho maior no mercado em consequência desse amálgama de funções (FRANCO, 1983).

No caso da Capitania e depois Província de São Paulo, os tropeiros constituíram um grupo central na composição socioeconômica da região. Vale ressaltar que a cidade de São Paulo detinha, como centro político-administrativo, características topográficas que lhe conferiam o *status* de centro articulador da região (PRADO JR, 1972), fazendo com que a maioria das transações comerciais feitas por terra passassem pela cidade. Os tropeiros paulistas que transportavam no lombo de suas mulas gêneros de primeira necessidade carregavam milho, arroz, feijão, erva-mate, água-ardente e animais, em especial reses e muare. Estudos recentes (MONTEIRO, 1995; BLAJ, 2002) têm apontado para um dinamismo mercantil da Capitania de São Paulo que precede até mesmo o recrudescimento da lavoura canavieira em meados do século XVIII. Nesse sentido, é pertinente assinalar que as tropas paulistas de abastecimento se estruturaram de forma mais concreta a partir do surgimento das Minas Gerais, uma vez que o alto crescimento da população livre e escrava das minas criou um mercado consumidor bastante amplo.

Se para regiões como a cidade de São Paulo e seus arredores, o “quadrilátero do açúcar” (Campinas, Itu, Piracicaba e Jundiaí) e o vale do Paraíba produtor de alimentos de primeira necessidade (Jacareí e Cunha, por exemplo) o tropeirismo foi um importante catalisador da circulação de bens de consumo - sobretudo alimentos e artigos do cotidiano -, para o vale do Ribeira e localidades situadas a sudoeste de São Paulo o advento das tropas foi importante pela própria estrutura criada por elas, ou seja, pelos inúmeros caminhos, pousos, estalagens e pequenas aglomerações urbanas que passaram a existir com o uso do animal como meio de transporte. Nesse sentido, uma das vertentes mais expressivas do comércio empreendido pelas tropas de abastecimento era o comércio de animais. Este foi um importante dinamizador econômico e político da região Centro-Sul, uma vez

que o comércio de rezes e muares articulava os centros produtores (Rio Grande do Sul e os “Campos Gerais”) e vendedores (Sorocaba e a cidade de São Paulo) com os compradores (região planaltina paulista, Minas Gerais e, sobretudo, o Rio de Janeiro). Os campos do atual Estado do Paraná, que durante boa parte do século XIX pertenciam a São Paulo, e os de Lajes, em Santa Catarina, paulatinamente foram sendo ocupados por fazendeiros, criadores, em especial de gado vacum e cavalariço. Os muares, por sua vez, eram criados principalmente nos campos e nas campinas do Rio Grande.

Embora boa parte do vale do Ribeira não estivesse inserida no caminho para o Sul, a sua relativa proximidade tanto de Sorocaba (local onde ocorria a grande feira de reses e muares) quanto dos Campos de Curitiba imputou-lhe a condição, ainda que não exclusiva, de centro abastecedor dessas localidades. Deste modo, a produção de gêneros de primeira necessidade como arroz, feijão, milho e mandioca foi alavancada pelo constante tráfego de tropas entre o Sul da América portuguesa e Sorocaba. Ao invés de se tornarem pousos, locais de estalagens e, conseqüentemente, povoações, como foi o caso de Una (Ibiúna), Tatuí, Campo Largo e Jacupiranga - ou seja, de localidades contíguas ao caminho do Sul -, o vale do Ribeira aproveitou sua relativa proximidade desses centros para incrementar sua produção de alimentos.

Houve, todavia, algumas exceções a esse panorama mais geral. O atual município de Capão Bonito, por exemplo, foi entre fins do século XVIII e a primeira metade do século XIX uma importante “estação invernal” das tropas de reses e muares que, depois de percorrer mais de 50 léguas de Curitiba até os chamados campos de Faxina-Capão Bonito-Itapetininga, paravam tanto para alimentar, descansar e engordar os animais como para esperar preços convidativos dos compradores de Sorocaba, ou até mesmo condições propícias para a marcha (PETRONE, 1976).

Dispersão, especulação e conflito: a questão da terra no vale do Ribeira

Ao se referir à ocupação do vale do Ribeira nos séculos XVIII e XIX, mais especificamente da região situada no entorno de Xiririca, Pasquale Petrone notou seu caráter rarefeito e descontínuo (PETRONE, 1966: 79):

“Entre a secção do rio em que se encontravam Xiririca e as terras dos moradores vizinhos, e a franja litorânea, permanecia o vazio demográfico, provavelmente com poucos indígenas e moradores muito isolados. O elo continuava sendo apenas o Ribeira. De Xiririca para o Planalto as relações eram muito tênues. O habitat era uma dispersão primária absoluta, formado pelas linhas de costas nas áreas de ‘zona ilhada’”.

Durante os séculos XVIII e XIX a ocupação do vale do Ribeira se deu de maneira lenta e condicionada quase sempre ao leito dos rios. De forma gradativa, a ampliação nas manchas de povoamento foi encabeçada pelos sucessivos deslocamentos de agricultores posseiros em busca de terras mais férteis. Já os pequenos lavradores itinerantes, ao se embrenharem pelos cursos fluviais secundários, iniciaram o desbravamento de áreas mais longínquas e de difícil acesso, como as encostas dos morros e os grotões, locais que foram adaptados às culturas de subsistência.

Uma vez que a rizicultura e outras lavouras não impuseram mudanças significativas na forma de ocupação do vale do Ribeira, a conjugação entre os poucos núcleos de povoamento da região, as extensas áreas de terras não habitadas e a pouca expressividade econômica dessas localidades

provocou um processo de “caipirização” (QUEIROZ, 2006) regional, isto é, um movimento de direcionamento das bases econômicas para uma agricultura de subsistência e de excedente reduzido. Caracterizada por agregar em seu seio uma economia fechada, calcada na produção de consumo próprio, no trabalho isolado e na cooperação ocasional (CANDIDO, 2003), a “cultura caipira” assentou-se em bases familiares, de modo que o bairro se impôs como o local privilegiado da sociabilidade dessas comunidades, muitas vezes à revelia do aparelho burocrático estatal:

“O bairro, [...] é, pois, o agrupamento básico, a unidade por excelência da sociabilidade caipira... Ele é a unidade em que se ordenaram as relações básicas da vida caipira, rudimentares como ele. É um mínimo social, equivalente no plano das relações ao mínimo vital...” (CANDIDO, 2003: 74)

Em contrapartida à disseminação do caráter de ocupação rarefeito da cultura caipira, a existência, já na segunda metade do século XIX, de extensas faixas de terras devolutas no vale do Ribeira desencadeou o interesse especulativo de determinados setores de proprietários. Nesse sentido, o decurso do século XIX foi de fundamental importância para o desenvolvimento possessório do vale do Ribeira. Pelo fato de não ter se inserido no alastramento da economia cafeeira, o Ribeira perdeu parte de sua mão-de-obra escrava para os grandes centros agro-exportadores e, por conseguinte, viu aumentar a quantidade de terras disponíveis após a supressão do regime de sesmarias.

É importante assinalar que a alteração da estrutura fundiária desse período também foi produto de um re-ordenamento sistemático das políticas públicas referentes ao acesso da terra no país, que mudaram radicalmente com o advento da Lei de Terras de 1850 e sua aplicação nas décadas seguintes. Surgindo como uma das soluções mais incisivas na busca pela transição da mão-de-obra escrava para o sistema de trabalho livre, tal lei proibiu qualquer tipo de aquisição de terras devolutas que não fosse o da compra, o que acabou por barrar - legalmente - o acesso à terra pelo meio da *posse* por parte de posseiros e arrendatários. O cerne da questão é que a Lei de Terras juntou em um único aparato legal as noções de *posse* e de *domínio*, alterando assim a lógica do regime sesmarial que, por sua vez, abarcava de maneira integrada essas duas concepções. Nesse modelo, caso um posseiro cultivasse suas culturas em terras de sesmaria, a área cultivada era de sua *posse*, mesmo que o *domínio* fosse do sesmeiro, já que o regime sesmarial tinha a concepção de que o trabalho era o elemento gerador do direito de propriedade sobre uma porção territorial. Deste modo, a partir de 1850 houve uma ampla modificação legal da estrutura fundiária do país, ocasionando um agravamento das já desfavoráveis condições dos pequenos roceiros sitiados. Nesse novo quadro, os posseiros e arrendatários tornaram-se pequenos proprietários de terras, sendo que estas vieram a desempenhar a função de mercadorias dentro daquele que seria o condicionante da agricultura nacional: o grande capital.

Segundo Renata Medeiros Paoliello (PAOLIELLO, 1998: 279-280), dada a baixa concentração demográfica do Ribeira essa oferta de terras ocasionou um contínuo avanço sobre elas e, posteriormente, o acirramento dos conflitos sociais em torno da terra:

“Isto propicia uma retomada do avanço sobre terras livres, por meio da posse, para os pequenos cultivadores locais [...] Manifesta-se, desde então, a imprecisão de títulos e divisas, que até hoje caracteriza a região, e que permanece, embora de modo descrente, liberando terras tanto à apropriação possessória como à grilagem, instaurando até hoje uma complementaridade conflitiva entre os interesses de supostos proprietários e os posseiros não-titulados”.

A questão da terra no vale do Ribeira tomou proporções ainda mais problemáticas a partir da segunda metade do século XX, uma vez que foi somente a partir de então - com a nomeação da “comissão 1045” e da “comissão do litoral” - que começaram a serem produzidos estudos sistemáticos sobre a problemática do desenvolvimento da região. Com o objetivo de acelerar o processo de industrialização do país por meio da articulação entre o Estado, o capital nacional e o capital internacional, promoveu-se o alinhamento entre as elites urbano-industrial e agrário-exportadora, proporcionando incentivos e medidas de lógica empresarial para os setores rurais (MARTINEZ, 1995). Entre 1959 e 1963 o Governo Carvalho Pinto lançou mão do “Plano de Ação”, programa desenvolvimentista de cunho estatal que tinha, entre outros objetivos, fomentar o incremento da economia do Ribeira a partir de incentivos fiscais e melhorias de infra-estrutura. Além dos planos encabeçados pelo poder público, projetos privados foram apresentados para a região, como a da empresa japonesa KKKK (Kaigai Kogio Kabushiki Kaisha), em Registro.

Assim, para trazer o capital privado para o vale do Ribeira não bastava apenas conceder incentivos fiscais, mas também lançar mão de projetos de infra-estrutura modernizante para a região, tais como a abertura de estradas, a criação de sedes de institutos governamentais e a aproximação do poder público com a realidade social das comunidades. Em outras palavras, era necessário estabelecer um movimento de incorporação do vale do Ribeira aos fluxos urbano-industriais do Sudeste, de modo que para isso foram implementadas algumas obras de infra-estrutura, tais como a extensão do ramal ferroviário Santos-Juquiá (1970), que alcançou até Registro, e a abertura da Rodovia Régis Bittencourt (1969), que passou a ligar São Paulo a Curitiba.

No entender de Renato Queiroz (QUEIROZ, 2006: 69), essa política de cunho desenvolvimentista e modernizante acarretou alterações estruturais nos chamados bairros rurais da região:

“a situação do bairro de Ivaporanduva, durante o período em que seus integrantes estiveram empenhados no trabalho agrícola - segundo a forma indicada, isto é, quando se caracterizavam como sítiantes a partir dos anos 50 deste século. Portanto, o período em que o bairro manteve-se numa situação de autonomia acentuada inicia-se com o término da mineração e se encerra por volta da data indicada. Entre um marco e outro há um intervalo aproximado de 150 anos. O abandono progressivo do cultivo da terra, antes mesmo da abertura da rodovia Eldorado-Iporanga (1974), deveu-se à introdução de nova atividade econômica, de caráter extrativista, ou seja, o corte do palmito”

De modo geral, as políticas desenvolvimentistas valorizaram as terras da região e acarretam uma série de conflitos em torno da propriedade fundiária. Entre as décadas de oitenta e noventa o vale do Ribeira foi considerado como a região do Estado de São Paulo mais afetada pela luta pela posse da terra. Só entre 1982 e 1986 o Grupo Terra da SUDELPA identificou 75 focos de conflitos na região, envolvendo quase 2.000 famílias (SANCHEZ, 2004).

Ao longo da década de oitenta, sobretudo a partir da administração de André Franco Montoro para o Governo do Estado de São Paulo, as políticas públicas referentes ao vale do Ribeira começaram a tomar outros contornos, no sentido de promover um diálogo com as lideranças locais e incluir o debate ambiental na agenda estatal. Como consequência prática dessa política foram elaborados estudos detalhados sobre as condições, necessidades e possíveis encaminhamentos para solucionar os problemas da região. O principal desses estudos resultou no Plano Diretor de Desenvolvimento

Agrícola do Vale do Ribeira - MASTERPLAN, projeto que serviu como modelo para as intervenções do Governo na região (MARTINEZ, 1995).

As perspectivas apresentadas pelo MASTERPLAN indicavam para uma mudança na forma de encarar o vale do Ribeira. Ao detectar como principal problema da região a delicada situação fundiária, o que, por conseguinte, representava um entrave para o desenvolvimento da agricultura, o relatório propunha que fossem pensadas estratégias de incremento econômico não mais baseadas na atração de capital externo, mas sim no incentivo à produção dos pequenos agricultores. De uma perspectiva preocupada em lidar com o “atraso” e o “subdesenvolvimento”, instaurou-se outra preocupada com a “sustentabilidade”, ou seja, com as relações entre o desenvolvimento e o ambiente a partir de um equilíbrio entre as esferas socioeconômica e ecossistêmica. As características geográficas da região - relevo acidentado, com montanhas altas, várzeas sujeitas à inundação, clima tropical úmido caracterizado por elevada precipitação anual - explicam a existência de uma vasta floresta tropical úmida que, por seu turno, teve algumas de suas glebas declaradas APA (Área de Preservação Ambiental). Essa decisão fez com que a exploração de determinadas áreas na região ficasse restrita a limites em relação ao desmatamento e uso do solo.

O vale do Ribeira no século XXI: a busca pela consolidação de uma nova feição regional

Segundo um estudo publicado em 1997 pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, o vale do Ribeira, depois de ficar décadas sem receber atenção do Governo, passou a integrar definitivamente a pauta de políticas públicas do Estado (FERREIRA; SILVA, 1997):

“Atualmente o Vale voltou a merecer atenção governamental, graças a duas ordens de fatores principais. Uma delas é de ordem socioeconômica, e a outra ecossistêmica. A primeira diz respeito às grandes possibilidades de estar estrategicamente situado entre dois grandes consumidores, São Paulo e Curitiba, que tendem a estreitar paulatinamente suas relações comerciais nos próximos anos, principalmente se a duplicação da rodovia Régis Bittencourt (BR-116) concretizar-se no prazo devido. Por outro lado, a segunda ordem de fatores está correlacionada à primeira, já que a desvantagem econômica regional e sua ineficiente integração aos programas de desenvolvimento nacional acabaram por conferir à região... um estatuto privilegiado do ponto de vista da riqueza ecossistêmica e das belezas cênicas de seus ecossistemas. A paisagem ainda praticamente intocada, ou em alto grau de conservação, protegida por uma legislação rigorosa, parece estimular ações governamentais voltadas à sustentabilidade do desenvolvimento regional. Em contrapartida, os primeiros entraves da expansão econômica, segundo o diagnóstico oficial, são a regularização fundiária, a qualidade do solo e o padrão tecnológico predominante”.

Passados mais de dez anos da publicação do relatório acima citado, as principais problemáticas referentes ao Vale do Ribeira permanecem as mesmas: a questão ambiental, do desenvolvimento econômico sustentável e da propriedade da terra. No que diz respeito à temática do meio ambiente, é notório que nas últimas décadas tem havido um esforço do poder público e de instituições ambientalistas em relação à fiscalização do uso, ocupação e preservação das áreas verdes da região. Embora remontem a iniciativas anteriores, os Parques Estaduais de Jacupiranga, Intervales e Alto Ribeira (PETAR) se tornaram mais rigorosos na aplicação da legislação ambiental,

coibindo a utilização indevida das terras situadas dentro e no entorno desses complexos. Ainda sim, há muitos problemas a serem resolvidos.

Há os chamados “palmiteiros”, indivíduos que extraem o palmito da Mata Atlântica sem permissão legal e sem critério algum de preservação ambiental. Outra prática ilegal constantemente praticada na região é a queimada: feitas por pequenos e grandes agricultores buscam facilitar suas respectivas intervenções no espaço, acabam por prejudicar o solo e os ecossistemas como um todo. Embora a prática da queimada tenha um lastro cultural de longa data, posto que remete à técnica de coivara, a mais comum entre os grupos indígenas cultivadores americanos, a qual foi incorporada à cultura dos grupos caipiras do sudeste brasileiro, ela se tornou um risco intolerável para a manutenção das áreas de preservação ambiental. Além disso, há um grande movimento de dragagem e retirada de areia dos rios e ribeirões da bacia do Ribeirão de Iguape, o que tem feito com que a diversidade biológica desses ecossistemas - sobretudo a de peixes - seja comprometida de tal forma que grupos de pescadores vêm abandonando a prática da pesca pela queda acentuada na quantidade e variedade do pescado.

Em relação ao desenvolvimento econômico sustentável os avanços têm sido bem menores, a despeito da continuidade de culturas tradicionais da região. Dos anos noventa para cá as principais culturas permanentes do vale do Ribeira têm sido o chá e banana, e as temporárias o arroz, feijão e milho. Outras atividades econômicas importantes são a pesca e a exploração florestal e mineral. A atividade industrial ainda é rudimentar, resumindo-se nas transformações de minerais não-metálicos, na industrialização de certos produtos agrícolas e na fabricação de mobiliário. A anunciada dinamização econômica que seria causada pelo advento da BR-116 não se verificou de maneira homogênea, ficando quase que restrita às áreas de impacto direto, como Registro.

Atualmente, uma das principais atividades produtivas do vale do Ribeira é a mineração voltada para a produção de chumbo, zinco e prata, produção que tem preocupado, em certa medida, os ambientalistas e parte do poder público por conta do seu impacto ao meio ambiente. Outra atividade importante tem sido o turismo, que vem buscando explorar as reservas florestais da região - o vale do Ribeira possui mais de 2.1 milhões de hectares de florestas, o que equivale a aproximadamente 21% dos remanescentes de Mata Atlântica do país -, além do seu potencial de cavernas calcárias, com centenas de exemplares catalogados.

No que tange à questão da posse da terra, as alterações têm-se mostrado constantes, não obstante a permanência de proprietários com extensas glebas de terras devolutas. Com a Constituição de 1988 - que assegurou às comunidades “remanescentes de quilombo” o usufruto de determinados espaços de terra e o gradativo fornecimento de títulos de propriedade -, a ação dos grileiros ficou mais difícil e restrita a áreas menores.

Dos quilombos contemporâneos à cultura caipira: o perfil cultural do vale do Ribeira

No imaginário nacional brasileiro cristalizou-se a imagem do quilombo tal como teria sido em Palmares, território da antiga Capitania de Pernambuco e atual estado de Alagoas.

Em verdade, mesmo Palmares pouco tem a ver com a imagem que o cinema brasileiro construiu. A idéia de um quilombo fortaleza, cercado de paliçadas por todos os lados e em constante conflito, com uma população homogeneamente negra não condiz com as interpretações construídas pela

arqueologia e pela história em anos recentes (FUNARI *in* SCHWARCZ e REIS, 1996, REIS e GOMES, 1996).

Os quilombos, formados inicialmente por escravos fugidos, rapidamente adotaram especificidades regionais e complexidades que vão além da idéia original.

Morfologicamente diferiram muito uns dos outros, Palmares, que em verdade era composto por um conjunto de quilombos e não somente um, foi um exemplo extremo, inclusive de implantação em meio à floresta na região da Serra da Barriga. Outros, como o quilombo do Jabaquara, tinham uma proximidade maior com as áreas urbanas. Mesmo regiões de várzeas e capoeirais eram tomadas às vezes por grupos de escravos fugidos. Na região do Anhangabaú, área contígua ao núcleo histórico da cidade de São Paulo, havia ocorrência do que chamaram outrora de “escravos aquilombados”, o que mostra a possibilidade de diversidade morfológica daquilo que chamamos de quilombos.

Da mesma forma as dimensões podiam variar muito, indo de algumas dezenas de indivíduos até mesmo milhares, como foi o caso de Palmares. É claro que a dimensão de Palmares somente foi possível graças à desorganização do sistema escravista em Pernambuco após a expulsão dos holandeses, nas décadas de 1640/1650. Com a destruição das fazendas açucareiras, fugas de escravos tornaram-se comuns durante o período da chamada Guerra da Restauração (MELLO, 1998, GONSALVES DE MELLO, 1978). Mas, em geral, os quilombos eram bem menores do que os que compunham a “confederação palmarina”.

Também não havia qualquer homogeneidade étnica nos quilombos, salvo raros casos. Num mesmo assentamento podiam ser encontrados negros africanos, negros “ladinos” ou mesmo nascidos já na América Portuguesa, mulatos, brancos pobres, indígenas e mamelucos. Sim, havia uma hegemonia de africanos e afros descendentes, mas uma hegemonia que implicava automaticamente numa heterogeneidade.

Havia também, eventualmente, gente bastante diversa, como islâmicos de diversos tons de pele que se refugiavam nos quilombos, e nisso temos um indício do que efetivamente os quilombos se tornaram ao longo do tempo.

Ora, se a formação dos quilombos se devia única e exclusivamente a tentativa de fugir ao sistema escravista, o qual efetivamente se espriava e se manifestava em cada segundo do cotidiano dos povos na América Portuguesa e em cada palmo das áreas ocupadas pela colonização, enfurnando-se justamente onde os braços do poder colonial eram mais frouxos - nas florestas, próximas ou distantes -, o que estavam fazendo ali todos os demais que não eram negros ou mulatos?

Efetivamente, embora o peso da administração colonial pesasse muito mais sobre as populações negras, escravas ou não, as populações pressionadas compunham um cenário muito mais diversificado. Ai estão nossos demais personagens habitantes de quilombos: brancos pobres e livres, sem terras, as vezes perseguidos pelo fisco, as vezes perseguidos pela justiça, gente não católica (islâmica, judaica ou protestante) perseguida nas cidades, indígenas que perderam suas terras ou que foram perseguidos em “guerra justa” (PUNTONI, 2002). Enfim, uma série de personagens marginalizados pelo universo de relações sociais, culturais e econômicas do mundo colonial português.

Exatamente por isso não é espantoso encontrar nas comunidades de remanescentes de quilombos indivíduos de olhos azuis, cabelo sarará, ou técnicas de origem indígena. Os quilombos foram áreas de intensa simbiose cultural.

Algumas dessas comunidades resistiram à pressão colonial ou se instalaram em áreas de baixa vitalidade econômica, o que lhes garantiu a perenidade. Aqueles quilombos que ofereciam risco maior ou que se localizavam em áreas demandadas pela expansão colonial acabaram por ter finais trágicos, em geral com a destruição dos mesmos e com a captura ou re-captura de seus integrantes. Em casos extremos, como Palmares, a execução de parte de seus líderes era passo fundamental para o re-estabelecimento da ordem e da simbologia escravista.

Mas as comunidades remanescentes desses quilombos “primários” (aqueles que conseguiram sobreviver) são, na realidade, a minoria no conjunto dos quilombos contemporâneos. Esse conjunto é dominado por outra ordem de quilombo, o qual difere dos anteriores.

Na segunda metade do século XIX, após a abolição do tráfico externo de escravos, ficou claro para os produtores que a tendência era a abolição do regime escravista em um horizonte que ainda era incerto em tempo, porém certo em questão ao seu término. Nesse horizonte de perspectivas o regime escravocrata no Brasil passou a desenvolver processos singulares que alteraram o desenvolvimento do mesmo.

Uma série de tentativas foi desenvolvida pelos proprietários de escravos com o objetivo de conseguir reproduzir internamente o sistema, a primeira delas - infrutífera por sinal - foi a de tentar estabelecer fazendas de reprodução de escravos. Caso fosse eficaz, haveria uma possibilidade de reprodução do sistema escravista sem a necessidade de inserção de novos indivíduos através do tráfico externo.

Da mesma forma o tráfico ilegal de escravos, o contrabando, mostrou-se ineficiente, sobretudo com o avanço do tempo. Nos primeiros anos da cessão do tráfico externo de escravos um ou outro tumbeiro conseguia aportar em portos clandestinos ou pouco vigiados do litoral brasileiro. Contudo, com o passar dos anos a vigilância aumentou - tanto em terra quanto em mar, através de navios não só brasileiros, mas também ingleses - tornando economicamente inviável o negócio.

Ao mesmo tempo a tensão interna no regime escravista aumentou progressivamente ao longo das últimas décadas da escravidão, inclusive graças à ação das sociedades abolicionistas, dispostas a desenvolver uma luta pela aceleração do fim do regime tanto de forma legal quanto ilegal.

Na esfera legal as sociedades abolicionistas financiavam disputas jurídicas que visavam a compra de alforrias e contestações de ações de reintegração de posse de escravos libertos pelos seus antigos senhores. Na esfera ilegal essas mesmas sociedades passaram a incentivar as rebeliões e às fugas, oferecendo guarida aos escravos.

Desse modo os proprietários de escravos tiveram de rever a dinâmica interna de seus próprios plantéis, buscando práticas que assegurassem alguma sustentação não só de suas propriedades (aqui se tratando dos braços de trabalho, dos escravos como “meio de produção”), mas também da produtividade. Junto com o aumento da vigilância e da violência explícita - materializada com a proliferação das chamadas “senzalas prisões”, aquelas que povoam o imaginário sobre a escravidão no Brasil - aumentou também a violência implícita, disseminada pela sociedade, cada vez mais suspeitosa de indivíduos negros nas cidades, constantemente assombrada pelo temor de uma grande revolta, aos moldes da que ocorreu no Haiti.

Mas nenhum sistema se sustenta somente na imposição da força física, nem na violência implícita (REIS, 1989), e os anos finais da escravidão no Brasil não fugiram a esta lógica.

Uma das estratégias adotadas pelos proprietários de escravos na tentativa de manutenção de seus plantéis e na diminuição das tensões implícitas ao sistema e a conjuntura foi a de acentuar o conjunto de benefícios cedidos aos escravos.

Certamente não eram procedimentos novos, posto que desde os primeiros anos da escravidão (e mesmo nos momentos economicamente mais ativos, como no caso do universo açucareiro nordestino dos séculos XVII e XVIII) oferecer pequenos benefícios aos escravos era prática recorrente entre os proprietários de escravos. Diga-se de passagem que certos benefícios, inclusive, desoneravam os proprietários, como o direito a roçar e criar pequenos animais em áreas emprestadas pelos senhores aos seus escravos. Essa melhoria no trato cotidiano do escravo refletia na saúde do mesmo, diminuía suas intenções de fuga e diminuía os gastos do senhor. Da mesma forma permitir, e mesmo incentivar, o casamento entre escravos era uma forma de - indiretamente - criar meios para a reprodução interna do sistema.

Outras práticas com os mesmos objetivos foram empregadas nesses anos finais da escravidão no Brasil, contudo aqui nos interessa aquelas diretamente relacionadas ao acesso do escravo à terra. Ao mesmo tempo aumentou nesse mesmo período de tempo a ação de sociedades abolicionistas no auxílio à compra de alforrias, bem como na própria prática da aquisição da liberdade mediante pagamento pelo próprio escravo (o qual, mediante infinitas possibilidades de acordo, poderia ter acumulado ao longo dos anos o suficiente para tal).

Por fim, havia ainda a presença de escravos, ou ex-escravos, em áreas economicamente decadentes ou estagnadas, os quais passaram para um regime de campesinato quase que sem ruptura, posto que braços ociosos são gastos e não meios de lucro.

O que importa aqui é indicar que uma grande gama de processos sociais poderia desembocar na criação de um grupo de pequenos produtores rurais negros, de origem escrava ou não. Em verdade, o mais provável é que muitas dessas possibilidades tenham concorrido simultaneamente para tal, não havendo situações plenamente devedoras a uma ou outra situação.

É significativo também notar que tal possibilidade - a da criação de comunidades de pequenos produtores rurais negros - foi possível graças ao fato de que, após o fim do regime escravista no Brasil, não houve uma imediata proletarização dos antigos escravos. Ou seja, os antigos trabalhadores escravos não se tornaram imediatamente a base da mão de obra assalariada.

Há muito de controvérsia sobre o assunto: se teria ocorrido uma rejeição mútua, se isso se deveu a um preconceito que marca a sociedade brasileira, se eles realmente se proletarizaram, se isso foi omitido sistematicamente em certas ocasiões, etc. O mais certo é que, nas regiões onde a mão de obra escrava ainda era a base do trabalho (poucas, é verdade, à altura de 1888) os antigos escravos não passaram, via de regra, a compor a mão de obra assalariada.

Isso é ainda mais compreensível no caso de pequenos proprietários, possuidores de dois ou três escravos, os quais não tinham efetivamente como fazer a transição do regime escravo para o assalariado sem entrarem em processo de falência. Suas propriedades não estavam integradas diretamente aos grandes mercados, oscilavam entre o abastecimento interno e a produção para o

mercado local, portanto, os gastos advindos de uma nova relação de trabalho, para eles, era pouco possível.

O significativo é que, através de muitos caminhos, houve a criação de uma situação que levou ao surgimento dessas comunidades de pequenos proprietários rurais negros e pobres. Alguns com raízes no antigo regime escravista, outros menos, posto que já eram filhos ou netos de escravos alforriados. Essas comunidades se consolidaram ao longo de mais de um século e, por ocasião da nova Constituição Brasileira, no final dos anos de 1980 (o que coincidiu com a comemoração dos cem anos da abolição da escravatura), conquistaram o direito ao reconhecimento de suas terras, muitas das quais, e a revelia do fato de estarem em suas mãos há muitas décadas, não possuíam qualquer instrumento legal que lhes assegurasse a posse.

Passaram, desde então, a serem denominadas como “quilombos contemporâneos”, o que não deixa de carrear uma série de problemas de ordem legal, histórica e identitária.

É difícil dizer o quanto um conceito pode ser estendido. É fato que não pode ser estendido *ad infinitum*, uma vez que isso determinaria, inclusive, sua invalidação como conceito, mas, da mesma forma, a sua cristalização pode implicar também na obsolescência. O fato imediato é que “quilombo”, um conceito que até então tinha sido empregado quase que exclusivamente para determinar comunidades historicamente ligadas aos processos de fuga do sistema e seus remanescentes, passou a denominar uma gama de comunidades formadas por processos profundamente heterogêneos.

A questão do caráter tradicional dessas comunidades e de seu direito à terra é indiscutível e consolidado, porém os problemas não cessam aí. O que efetivamente caracteriza essas comunidades enquanto formas específicas de humanidade?

Renato Queiroz (QUEIROZ, 2006) os define como “caipiras negros”, apoiando-se numa classificação proveniente de Antonio Cândido (CANDIDO, 2003) e criada para um contexto histórico e social muito diverso (Cândido trabalha com as comunidades rurais de Bofete, na região que divide São Paulo de Minas Gerais). Um elemento histórico que une, ainda que tênue, essas suas sociedades é o fato de terem suas gêneses parcialmente ligadas ao refluxo da mineração. Com a exploração de recursos minerais preciosos tendo entrado em decadência no final do século XVIII e começo do XIX, parte das populações mobilizadas para os trabalhos na mineração se ruralizou, tornando-se base fundadora das comunidades caipiras. Para além disso - historicamente - pouco há de semelhança entre os caipiras descritos por Antonio Candido e os “caipiras negros do Vale do Ribeira”.

Economicamente as comunidades de afro descendentes do Vale do Ribeira estão todas assentadas na agricultura de subsistência (mandioca, milho, arroz, feijão, inhame), na criação de pequenos animais (porcos e galinhas) ou de animais de grande porte em pequena escala (poucas rezes espalhadas em áreas desmatadas a fogo), ou ainda no extrativismo vegetal, legal ou ilegal (eminentemente a extração do palmito nas áreas da Mata Atlântica).

As roças são lavradas quase que sem qualquer ajuda mecânica e sua produtividade é suficiente somente para a subsistência. Na região do vale do Ribeira aqui ou acolá surgem algumas plantações de maior porte (sobretudo verduras e frutas), mas já não pertencem aos pequenos proprietários.

Isso se reflete no cardápio cotidiano dessas populações, marcado pela onipresença do arroz acompanhado de alguma carne e farinha. O feijão, plantado em duas épocas do ano (o feijão de água e o feijão de seca) aparece na medida em que a produtividade colabora.

As técnicas de produção dos alimentos se remetem nitidamente a um passado indígena. A roça de coivara (com o uso do fogo para a limpeza da área), a presença do milho, da mandioca e do feijão, a técnica de produção de farinha de mandioca (com o uso do tipiti, o espremedor de massa de mandioca brava produzido com palhas trançadas), etc, marcam claramente uma agricultura de matriz indígena, os quais desapareceram quase que por completo da região, restando alguns grupos de Guarani profundamente descaracterizados (Pranchas 19 a 21).

Esse processo, por si só, é bastante curioso e significativo a respeito das singularidades desses “quilombos” contemporâneos. Ao trabalhar com os “caraíbas negros de Honduras” Ruy Coelho (COELHO, 2002) descrevia o curioso processo através do qual os ex-escravos das Honduras absorveram a cultura caraíba, tornando-se eles próprios “caraíbas negros”, ao passo que os caraíbas originais desapareceram, por conflito ou por assimilação física e cultural. O caso dos “caipiras negros do Vale do Paraíba” parece guardar analogias fecundas, posto que paralelamente ao processo de assimilação dos traços culturais indígenas houve um abandono de qualquer elemento tradicional de origem africana (e isso considerando as diversas matrizes culturais e étnicas africanas).

Elementos bastante difundidos em outras áreas de quilombos, e esses com origens diversas, parecem inexistir no vale do Ribeira, como o congo, os tambores de crioula, o jongo, etc. Em geral elementos de origem africana.

O que isso pode significar? Uma das possibilidades de compreensão é a que nos diz que esses elementos não foram guardados por uma série de motivos, mas, sobretudo, dois: o primeiro deles pelo fato de, diferentemente de outras comunidades, a formação dos “quilombos contemporâneos” do vale do Ribeira não se deu por um grupo coeso e sincrônico, ou seja, as comunidades parecem ter se formado pela união passo a passo das famílias e não por um grupo de uma mesma origem e envolvido num mesmo movimento histórico, diversamente dos quilombos (ou seus remanescentes) do vale do Paraíba, de Minas Gerais, do Nordeste ou de Goiás. O segundo elemento nos aproxima mais do caso estudado por Ruy Coelho. As comunidades do vale do Ribeira poderiam, consciente ou inconscientemente, bloqueado a memória de seu passado escravo e evitado incentivar a manutenção de práticas tradicionais de origem africana, o que parece se confirmar diante dos relatos de preconceito e discriminação contra os quilombolas na região, descritos por Renato Queiroz (QUEIROZ, 2006).

Curiosamente, no universo cultural, pouco as difere das comunidades de brancos pobres e pequenos produtores rurais, organizadas no entorno das unidades de conservação ambiental da região (parques de Carlos Botelho, PETAR e Intervales) sob o formato de “bairros rurais” idênticos aos das descrições efetuadas por Antonio Candido para o universo caipira de Bofete.

Um dos elementos que os estudos antropológicos indicaram para a configuração das comunidades de quilombolas do vale do Ribeira foi a prática generalizada da endogamia, o que, inclusive, explicaria a recorrência de problemas de má formação congênita e de desenvolvimento. Contudo, a prática da endogamia também é amplamente difundida nos bairros rurais caipiras. Em geral a gênese de um

bairro rural é justamente o momento de estabelecimento de uma família sob o comando de um *pater familias* rural. O bairro dos Anacleto, em Ribeirão Grande, ou mesmo Capela do Alto, são exemplos disso. Ambos foram formados por poucas famílias, as quais mantêm os casamentos entre si. Coincidência ou não, também entre eles são comuns problemas de má formação congênita.

A prática da endogamia explica-se tanto pela necessidade de fortalecimento da comunidade, quanto pelo preconceito e pelo fato de que, efetivamente, a vida social regular, cotidiana, se desenvolve no âmbito do bairro e não para além dele. Excetuando-se as festas, nas quais os indivíduos se deslocam de regiões bastante distantes a pé, de cavalo ou de carona com algum conhecido possuidor de carro, poucas ocasiões há onde os jovens possam conhecer pessoas de outras comunidades. A distância e a dificuldade de acesso, piorada na época das chuvas, aumenta a sensação de autonomia e independência de cada bairro rural ou comunidade quilombola (ou comunidades de caipiras negros).

No universo das práticas religiosas as comunidades caipiras, brancas ou negras, mantêm suas matrizes do catolicismo. Um catolicismo místico, na qual o sagrado e o profano se misturam e no qual a materialidade tem uma função fundamental de trazer para o tangível as crenças, os credos e as práticas mágicas.

As festas de santos (São José, São Benedito, Nossa Senhora, etc) são sempre compostas do modo tradicional: escolhe-se um festeiro para o ano seguinte, o qual terá a responsabilidade de organizar todos os aspectos da festa e reger a comunidade no que diz respeito aos preparativos (coletar doações, acertar o dia da missa com o padre, comprar os gêneros necessários, convidar as pessoas de fora, etc). A festa se inicia com os preparativos do dia ou da véspera (preparar os assados, arrumar os espaços, limpar a igreja, fazer a bandeira do santo), passa pela missa no meio da tarde do dia da festa, entra pela noite com os leilões e os bingos das prendas arrecadadas e vara a noite, finalmente, com os forrós ou fandangos, como chamam às vezes. Mas tudo é compreendido como a festa em si, não é uma festa que sucede a missa, nem um baile que sucede a festa, tudo compõe a festa, sem divisão formal entre o sagrado e o profano (Prancha 22).

O festeiro toma o encargo da festa, atualmente, espontaneamente como pagamento de uma promessa, mas durante muito tempo a escolha foi feita com a entrega de um ramo de árvore pelo festeiro do ano a uma das pessoas da comunidade, a qual será a festeira do ano seguinte. Esse movimento claramente remete às práticas da Europa antes do cristianismo, e em grande medida assimilada pela primeira penetração cristã no continente e formadora dos aspectos primeiros do cristianismo ocidental. Tais práticas do “ramo dourado” foram bastante estudadas e descritas por Sir James Frazer em *The golden bough* nos anos românticos da antropologia européia.

Mas esse caráter rústico, ou tradicional, do cristianismo nas áreas rurais não se atém somente às festas, também é comum a presença das capelas rurais com seus santos “encontrados” à beira dos caminhos ou “pescados” nos rios. Essas práticas são bastante comuns no universo cultural caipira, como no vale do Paraíba e no vale do rio Pardo (divisa entre São Paulo e Minas Gerais). O culto às Santas Cruzes e a marcação do espaço por elementos sagrados também é bastante difundido no vale do Ribeira, cruzes e capelinhas, grutas consagradas, etc, podem ser encontradas em todas as comunidades locais. Em compensação, quase nenhum traço das religiões afro-brasileiras pode ser verificados na região.

O universo religioso do vale do Ribeira e do alto Paranapanema: entre a dança e a reza.

Nas sociedades urbanas contemporâneas ocorre a divisão, se não radical e plena entre as esferas das atividades humanas, ao menos formal e simbolicamente incorporada. Isso significa que em nossas culturas crescemos num mundo no qual o divertimento e o trabalho, o sagrado e o profano são compreendidos não somente como conjuntos de práticas diferenciadas, mas, sobretudo, antagônicas, estabelecidas uma na negação e na contraposição da outra.

Existe o sagrado justamente porque há coisas, espaços e momentos que não o são, e o mesmo ocorre com o trabalho e o lazer. Mas em outras culturas, as quais podem diferir da nossa em inúmeros graus, essa dinâmica se apresenta de modo diverso.

As comunidades rurais do vale do Ribeira são um exemplo significativo de uma outra possibilidade cultural de compreensão e de relação entre as diversas atividades que compõem o cotidiano dos povos. E, ao que parece, essa outra compreensão é compartilhada tanto pelas comunidades de quilombolas contemporâneos - caipiras negros - quanto pelas comunidades rurais que também se espalham pela região.

A interpretação de que as práticas dessas comunidades são modelos de arcaísmos, de reminiscências de um passado que não foram vencidas pelo avanço, pelo desenvolvimento econômico foi parcialmente superada (QUEIROZ, 2006), entretanto, se não tratamos essas práticas como “arcaísmos culturais”, é certo que elas remetem a um passado mais ou menos distante, embora possam ter sido mantidas tanto pela estagnação econômica involuntária quanto por uma opção cultural desses povos.

É tendência das culturas inserirem um número cada vez maior de mediações ao longo do tempo, e foi uma opção das culturas ocidentais fragmentarem e especializarem cada momento da existência humana. Mas, como fica implícito, as sociedades tradicionais ou de feição tradicional tendem a manter um sistema de relações nos quais os elementos compõem um todo, menos fragmentado, menos especializado.

As práticas religiosas estão para estas culturas incorporadas a quase todos os momentos da vida e não isoladas em momentos específicos de devoção. Exatamente por isso estabelecer divisões entre o que é e o que não é religioso (ou permeado por aspectos religiosos) nessas culturas é significativamente mais arriscado. Melhor dizendo, ainda que se possa definir o que é religioso, é mais difícil dizer o que não é “sagrado” (Pranchas 23 a 25).

Efetivamente são conceitos diversos, que remetem a situações diversas. Mircea Eliade diria que a religião é a formalização, é a estruturação dentro de uma sociedade de experiências individuais de relação com algo que transcende a percepção habitual do mundo (ELIADE, s/n). Mas embora sejam experiências distinguíveis, e por isso mesmo identificáveis dentre as tantas outras do homem, elas não se processam fora do cotidiano, nem para além, nem a revelia. As epifanias, as manifestações do sagrado, dependem justamente de um mundo palpável, cotidiano, familiar, mas que, em determinada circunstância, transcendeu a experiência comum. Por isso muitas das epifanias se dão no nascimento ou na morte dos seres, no plantio e na colheita, nos fenômenos naturais, os quais,

num certo instante, desencadeiam no indivíduo a percepção de algo diverso, daquilo que - simplificadamente - passamos a nomear como o “sagrado”.

Por isso é uma experiência que antes de ser comungada, transmitida, socializada, passa pela esfera do indivíduo, de sua relação íntima e intransferível com o mundo; também por isso o sagrado independe da religião, mas esta jamais se sustenta sem o primeiro.

As práticas que socializam a experiência do sagrado carregam um corpo religioso, pois é esse que uniformiza, em alguma medida, que possibilita a comunicação entre diferentes indivíduos, mas que remetem essencialmente ao sagrado e não ao meramente religioso. Assim, as próprias práticas cotidianas são permeadas de sentido sagrado, em maior ou menor grau, e as festas sagradas não deixam de ter também em si aspectos do cotidiano. Em verdade, o que há é uma gradação de sentidos e não uma divisão radical.

As colheitas e os mutirões são momentos nos quais isso fica bastante explícito nessas comunidades. A ciclicidade que marca a vida das plantas (crescimento, floração, frutificação, etc) é estendida para outros campos e penetra na simbologia das sociedades agrícolas. O momento de colher é tomado então como significativo, como marco do ciclo de morte e renascimento, de comunhão do homem com a natureza, cujos frutos possibilitam a renovação da própria comunidade. Mas não é somente nas colheitas e nas lides com a terra (que carrega também a simbologia do ventre fecundado) que o sentimento do sagrado se manifesta. As festas e as danças nessas comunidades seguem a mesma lógica. As festas de santos, mais do que a mera materialização da devoção a uma entidade, são momentos de reafirmação dos laços que unem uma comunidade e da mística da cooperação, da fraternidade, da igualdade.

É verdade que as atividades coletivas, todas elas permeadas pelos sentimentos do sagrado (festividades e mutirões) perderam força nas últimas décadas, sobretudo entre os mais jovens. Contudo, isso não significa que as práticas tenham sido plenamente abandonadas.

Exatamente por esse laço coletivo que une a comunidade e reafirma sua unidade nos momentos importantes é que as festas compreendem um longo processo e não apenas o evento em si. Desde a escolha do festeiro no ano anterior até a limpeza no dia seguinte, tudo isso é compreendido dentro do mesmo processo, no qual as pessoas se envolvem em medidas diversas e em etapas específicas, regidas pelo festeiro, que dentro daquela relação social específica tem poderes maiores do que os demais, e mais responsabilidades também.

Apesar de no vale do Ribeira, diferentemente do vale do Paraíba e de outras regiões de passado escravista, não ter primado pela manutenção das práticas culturais de origem africana, a Dança de São Gonçalo representa um caso singular que merece atenção (Prancha 26). Em seus traços mais amplos, gerais, ela se assemelha às demais festas sagradas das comunidades do vale do Ribeira (e mesmo no roteiro das festas sagradas das demais áreas caipiras dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul): escolhe-se um festeiro ou ele se apresenta espontaneamente, o qual organizará a festa em pagamento a uma promessa. Câmara Cascudo descreve que essas “Danças de São Gonçalo” geralmente eram dançadas por moças com maridos, noivos ou namorados problemáticos, distantes ou arredios, ou mesmo por pessoas doentes de problemas no estômago e no ventre (CASCUDO, 2001: 181-183).

Prometiam os pagantes de promessa, além do próprio festeiro, a “dançar com o santo”, ou seja, com sua imagem. Embora Câmara Cascudo insista que a Dança de São Gonçalo seja uma das últimas danças com “caráter litúrgico” parece que, ao menos quando escreveu seu trabalho, a situação era bem menos restrita, posto que as danças difundidas no Brasil - tanto as de origem nos povos indígenas quanto as trazidas de Portugal ou pelos africanos - quase todas possuem aspectos sagrados envolvidos.

A Dança de São Gonçalo é composta pelo mestre (ou guia), pelo contramestre (ou contraguia), responsáveis pela condução dos cantos e da dança; pelos dançarinos (muitas das vezes pagadores de promessa sem condições econômicas de serem festeiros), os quais se organizam em duas fileiras contrapostas, e pelos demais músicos (em geral viola e tambor, mas também aceitando sanfonas e violões).

Geralmente o violeiro ocupa a função de mestre e o segundo instrumento de contramestre. Ao comando do mestre os dançarinos bailam em bolandas e após cada jornada (seqüência de canto e dança), que em geral são doze ao longo de toda a Dança de São Gonçalo, os fiéis seguem em direção a um pequeno altar onde está depositada a imagem do santo e lhe prestam homenagens.

Geralmente a Dança de São Gonçalo é realizada de dia, não atravessando a noite como outras festividades de santo. A origem e a organização formal da Dança de São Gonçalo se remetem a medievalidade lusitana, inclusive na adoção do sistema de “jornadas” (ou “vorteio”, como as chamam em certos lugares), fórmula de organização dos autos medievais. Também remete profundamente às práticas mágico-religiosas desenvolvidas pelo mundo latino cristianizado nos primeiros séculos da era cristã. Práticas de origem romana, ou mesmo célticas, foram assimiladas e compuseram uma nova mitologia de feição cristã. São Gonçalo de Amarante, com suas referências à fertilidade, se aproxima do caso de Santo Antonio, o qual se tornou “santo casamenteiro” por livre associação dos cristãos e da Igreja Católica entre o fato de o santo ter nascido numa área onde se encontra um antigo santuário dedicado a Ceres e esta ser a deusa romana da fertilidade (Prancha 26).

Exatamente por isso, se não é possível dizer que são práticas “arcaicas” ou “arcaizantes” da manifestação e da compreensão do sagrado, pode-se ao menos dizer que elas remetem, sim, a momentos distantes da história humana e ligados a uma lógica diversa da relação com o sagrado. Neste sentido a materialidade tem função primordial, pois traz para o mundo tangível poderes, forças, sentidos que não são cognoscíveis pelos sentidos regulares do homem. Por isso esse caráter mágico que permeia as práticas sagradas das comunidades de feição tradicional, desde suas festas até a compreensão do ato da colheita ou da ocupação do espaço.

Também por isso é compreensível que a ordem de prática e de compreensão do sagrado tenha encontrado terreno fértil e de possível comunicação e intercâmbio com os povos indígenas e africanos, posto que originalmente em suas culturas também assim ocorria.

Embora a Dança de São Gonçalo não tenha uma relação imediata com práticas sagradas de origem africana, nem seja comum a todas as comunidades de afro descendentes, é certo que onde ela sobrevive há alguma relação entre essas populações e a sua existência, relação que necessita ser esmiuçada. Há relatos de que a Dança de São Gonçalo era bastante popular entre os escravos no século XIX, mas nem tão difundida quanto o jongo (o qual também possui aspectos sagrados, ainda

que em menor ordem), nem tão intensa quanto o culto a Nossa Senhora do Rosário dos Homens Negros ou de Nossa Senhora da Boa Morte.

De qualquer modo, é uma prática de origem no cristianismo primevo, posto que, ainda que sua formalização só tenha surgido no fim da Idade Média e começo da Modernidade, é claramente relacionada às práticas pagãs pré- cristãs. Da mesma forma ela se insere no universo das relações sociais dos escravos e seus descendentes e sintetiza uma série de elementos que compõem as formas de compreensão e manifestação do sagrado entre as populações de feição tradicional do universo cultural caipira em São Paulo.

Complexo cultural: do meio ao homem e vice-versa

Independentemente da classificação atribuída às populações que compõem o vale do Ribeira (quilombolas, caipiras negros, caipiras, etc.) é certo que são populações cujos modos de vida se remetem e se emaranham com a própria história da ocupação humana no espaço natural aqui denominado de vale do Ribeira. Essa história de ocupação se inicia com a chegada dos primeiros seres humanos na região, há milhares de anos, passa pela presença indígena, pela colonização portuguesa, pela chegada dos africanos, pela “caipirização” de suas populações e se estende até os dias atuais, com remissões na contemporaneidade dos diversos momentos desse longo processo.

O vale do Ribeira é, em conjunto, um universo cultural e natural em profunda simbiose há milhares de anos. Melhor dizendo: desde a chegada do homem a esse espaço não há mais como separar radicalmente os universos natural e cultural, posto que parte significativa das formas de fazer e dos saberes locais remete às especificidades desse meio natural (Prancha 27). Da produção de cerâmicas artesanais de baixa temperatura (800 graus centígrados) à medicina tradicional, a qual emprega largamente os recursos da flora local, toda a cultura dos povos do vale do Ribeira remete a esse espaço e a esse longo tempo (Prancha 28 a 30).

Isso implica no reconhecimento e fomento às atividades que possam existir em plena e harmônica coexistência com as demandas da preservação do meio natural. As práticas de ordem religiosa, e de grande parte dos saberes tradicionais (a cestaria, a cerâmica, as práticas alimentares) podem ser perfeitamente integradas ao conjunto já reconhecido como patrimônio natural, complexificando-se a definição, mas também buscando uma situação de preservação, recuperação, fomento a esse patrimônio que fuja da dicotomia entre homem e natureza.

Segundo a revisão dos critérios para o reconhecimento do patrimônio mundial operado pela Unesco após 2004, abandonou-se paulatinamente seu aspecto anterior, excessivamente rígido, e se passou a outro, no qual itens são adicionados a partir de uma lista mais ampla de 10 elementos. Da mesma forma criou-se uma categoria nova, a qual visa atender a conjuntos nos quais a presença humana e o meio natural se mostrem radicalmente indissociáveis e, portanto, dignas de terem um tratamento específico.

O item número 5, o qual prevê a questão no documento da Unesco diz:

“... être un exemple éminent d'établissement humain traditionnel, de l'utilisation traditionnelle du territoire ou de la mer, qui soit représentatif d'une culture (ou de cultures), ou de l'interaction humaine avec l'environnement, spécialement quand celui-ci est devenu vulnérable sous l'impact d'une mutation irréversible”

Como é absolutamente claro, a Unesco aponta para o fato de que a preservação das culturas e do patrimônio natural somente podem ser eficientes quando aspectos culturais e naturais são contemplados em conjunto. Há poucos anos o Parque Nacional de Tongariro, na Nova Zelândia, até então reconhecido como patrimônio natural, passou por uma revisão dos aparelhos legais que o resguardam e, também, das ferramentas de gestão, proteção e fomento. Esse processo redundou na alteração da categoria pela qual Tongariro era reconhecido e protegido, nacional e internacionalmente, e na inserção do povo Maori nos quadros do patrimônio. Apesar de, a primeira vista, a alteração parecer um movimento meramente burocrático, em verdade ela implica numa mudança significativa da compreensão das relações entre cultura e natureza e no estabelecimento de medidas mais refinadas para a gestão de um só patrimônio, complexo, multifacetado, natural e cultural a um só tempo e já indissociável.

O conjunto formado pelas áreas de preservação ambiental do vale do Ribeira e pelos povos tradicionais que o ocupam - quilombolas, caboclos, caipiras e remanescentes de grupos indígenas - parecem se enquadrar nesse caso.

Isso sugere que uma melhor gestão dos bens naturais passa necessariamente por um detalhamento na contemplação dessas populações e da integração deles nesse universo, e não de uma separação radical entre o patrimônio histórico/cultural e o patrimônio natural (Prancha 31).

Na área do próprio Parque Estadual de Intervales há marcos referentes ao período do tropeirismo (estradas, caminhos, obras de contenção das estradas), ao da mineração (os “encanados”), assim como também o são as populações vizinhas (as quais indicou-se que, em sua gênese, estão associadas aos processos de mineração e decadência da economia local, com a subsequente sedentarização e ruralização). Parte dos bairros rurais que envolvem as unidades de conservação, como o dos Anacleto, surgiu de antigos pousos de tropas que faziam o caminho para o litoral ou para o sul do território da América Portuguesa, o que, em verdade, os coloca como parte de estruturas históricas, culturais e arqueológicas que envolvem elementos dentro e fora das unidades de preservação ambiental (Pranchas 32 a 35).

3.3.3.6 INDICAÇÕES PARA O MANEJO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DO PARQUE INTERVALES

O Parque Estadual Intervales tem características que fazem dele um caso a parte entre as Unidades de Conservação: localizado entre os vales do rio Paranapanema e Ribeira de Iguape, interliga remanescentes de Mata Atlântica de São Paulo e Paraná, formando um grande *continuum* ecológico, possibilitando a manutenção dos fluxos gênicos e a preservação de espécies, além de guardar um patrimônio histórico e cultural muito peculiar que se destaca pela diversidade cultural.

O fato de estar inserido numa região que, segundo índices socioeconômicos, não atingiu ainda seu pleno desenvolvimento (ao contrário do vale do Paraíba, por exemplo), impõe uma série de fatores à sua população; por outro lado, talvez este tenha sido o fator de conservação tanto dos remanescentes naturais quanto das manifestações culturais e dos vestígios de antigas comunidades pré-coloniais que ali existem, conforme exposto ao longo de todo este texto.

A inserção do patrimônio, material e imaterial, durante décadas na região torna-se de extrema importância, na medida em que traz à discussão os diversos significados do termo “patrimônio” e como este pode ser inserido dentro da perspectiva da preservação e da educação. Não apenas o meio físico necessita de atenção, na elaboração de maneiras de sua gestão e nas iniciativas de educação e formação cidadã; também o patrimônio histórico-cultural carece de diretrizes para sua preservação, assim como desenvolver meios de proteção dos direitos e manifestações culturais das populações tradicionais e demais ocupantes que vivem no entorno de áreas de conservação, inserindo-os nas etapas de planejamento e desenvolvimento regionais.

A própria presença humana, que se estabelecer na região há milhares de anos, causou impactos ao meio ambiente. Entretanto esta mesma intervenção construiu paisagens utilizando-se dos recursos disponíveis que, de acordo com as necessidades e os padrões culturais dos grupos humanos, estabeleceu cenários, crenças e manifestações de cultura conforme conhecemos hoje. Mesmo alteradas por diferentes processos históricos, traz características de cada grupo que ali já habitou. Assim, a dinâmica desta sequência de ocupações que interagiram com as áreas do que hoje se entende como Parque Estadual Intervales se alteraram ao longo dos milênios.

A pesquisa do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural envolveu levantamentos de gabinete e campo, de evidências materiais (sítios arqueológico, bens edificados e cultura material) e imateriais (festividades, religiosidade, culinária, modos de fazer) visando espacializar esse patrimônio e suas manifestações com o propósito de definir zonas de valor cultural em concordância com a legislação.

Como resultado foi identificada a presença de um patrimônio arqueológico, histórico e cultural positivo tanto no interior da área do Parque como em sua zona de amortecimento, formado por sítios e vestígios arqueológicos, além de diferentes bens e manifestações históricas e culturais. É importante salientar que o presente programa constitui estudo Diagnóstico e, portanto, o patrimônio aqui levantado não constitui a totalidade de patrimônio cultural que a área abriga. Ao contrário, as análises indicam que provavelmente existem ali muitos sítios arqueológicos e históricos mais, uma vez que a metodologia utilizada no presente Programa privilegiou uma análise estratégica das paisagens e de seus vestígios de ocupação humana, sem esgotar qualquer aspecto tratado.

Diante disto, torna-se necessário analisar a situação do patrimônio arqueológico/histórico/cultural existente no Parque Estadual Intervales e seu entorno, na busca de maneiras eficientes de gestão e disponibilização desse patrimônio para a comunidade, extravasando os limites da região dos rios Ribeira de Iguape e Paranapanema, e levando-o à sociedade brasileira de forma geral. Todo o patrimônio levantado, longe de ter-se esgotado suas manifestações e vestígios, é muito pouco conhecido e explorado como fonte de formação educacional e para construção de um completo cenário de ocupação da região. Muito ainda faz-se necessário, entretanto, os levantamentos realizados buscam subsidiar a construção de diretrizes de manejo e divulgação, assegurando sua preservação, restauro e revitalização, apoiando-se no preceito de que o *“patrimônio cultural de um povo como ingrediente de sua identidade e da diversidade cultural, pode também se tornar um importante fator de desenvolvimento sustentado, de promoção do bem-estar social, de participação e de cidadania”* (UNESCO, 2004).

Em raros casos observa-se a pesquisa dos recursos culturais dentro de uma perspectiva integrada e sistêmica, sendo tratada de forma unívoca ao meio ambiente natural estando, assim, dentro de uma ótica sustentável e não sendo legado a um segundo plano, com levantamentos pontuais e pouco conclusivos. Um exemplo de iniciativa bem sucedida é o “Pólo Ecoturístico Caminhos do Mar”, situado no interior do Parque Estadual da Serra do Mar (São Paulo), que após longo período fechado ao público foi reaberto, oferecendo a visita a diversos monumentos, dispostos nos traçados de vias antigas.

Em relação à preservação do patrimônio foram elencados os fatores externos e internos julgados de maior importância e que influenciam direta ou indiretamente a integridade, a manutenção, a preservação, a pesquisa e o uso público sustentável dos recursos culturais. Considerou-se aqui como fatores externos o adensamento populacional e a legislação federal e estadual e, como fatores de pressão interna, a percepção equivocada que se têm do patrimônio cultural com a sua conceituação, preservação e divulgação deste patrimônio.

Como resultado dos levantamentos e análises realizados pelo presente Programa foram listados os pontos positivos (oportunidades) e pontos a serem melhorados (ameaças) ao patrimônio cultural do Parque. Conforme apresentado pela **Tabela 5**, existe um patrimônio pouco conhecido e, por isso mesmo, sub-utilizado, em processo de deterioração devido a agentes naturais ou antrópicos, com um baixo grau de aproveitamento para fins de uso público e de ações voltadas à educação patrimonial.

Tabela 5 - Análise do patrimônio cultural do Parque Intervales.

Ambiente interno	Ambiente externo
Ameaças	Ameaças
- Desconhecimento do patrimônio histórico-cultural da região	- Diversas comunidades e interesses divergentes
- Falta de integração nas medidas de preservação junto ao patrimônio natural	- Falta de controle ao acesso ao patrimônio histórico-cultural
- Falta de formação técnica especializada em patrimônio histórico-cultural nas UCs	- Degradação do patrimônio histórico-cultural pela ação natural ou antrópica
Oportunidades	Oportunidades
- Riqueza de bens materiais e imateriais	- Pesquisas sobre o patrimônio histórico-cultural da região
- Associação de patrimônio natural e histórico-cultural	- Efetivo conhecimento dos bens histórico-culturais
- Revitalização do patrimônio histórico-cultural	- Manejo integrado de patrimônio natural e histórico-cultural

O Parque Estadual Intervales apresenta um conjunto patrimonial, histórico e cultural que pode ser devidamente utilizado e disponibilizado ao público, de acordo com a legislação vigente e por meio de mecanismos de valoração e tomadas de decisão que objetivem a implementação de atividades científicas, bem como a manutenção e divulgação do patrimônio existente com vistas a construção de uma educação patrimonial participativa.

De acordo com os levantamentos realizados propõe-se aqui uma setorização de áreas de acordo com as potencialidades de visitação relacionadas a localização das manifestações do patrimônio histórico-cultural, material e imaterial. Esta avaliação foi elaborada a partir da comparação do potencial existente na área do Parque e seu entorno, e também considerando possibilidades de preservação e manejo do patrimônio. Somado a isso são apresentadas ações e áreas para o manejo sustentável do patrimônio histórico-cultural do Parque Estadual Intervales, de acordo com uma análise situacional estratégica de localização e distribuição espacial dos bens e sítios relativos ao patrimônio histórico-cultural.

Um dos grandes problemas identificados em relação à gestão do patrimônio histórico-cultural do Parque Estadual Intervales está relacionado à carência de mão-de-obra especializada, capacitação e atualização dos recursos humanos disponíveis e ausência de um plano estratégico sobre o tema do patrimônio para o Parque como um todo. Uma alternativa seria um trabalho conjunto com instituições que tratam desse patrimônio histórico-cultural (federais e estaduais) e universidades, tendo em vista que a Fundação Florestal não tem seu foco voltado para a conservação do patrimônio histórico-cultural. Para que os recursos culturais do PEI possam ser preservados e utilizados para fins científicos e uso público dentro de uma perspectiva auto-sustentável é necessária a implantação de uma estratégia de gestão compartilhada que incorpore um olhar para fora, procurando entender o que os diversos públicos envolvidos realmente querem.

No caso dos recursos humanos que hoje atuam junto ao patrimônio histórico-cultural do PEI (funcionários e parceiros) e sua capacitação técnica, identificaram-se os seguintes aspectos:

- Ausência de mão-de-obra especializada no campo do patrimônio histórico-cultural;
- Percepções bastante distintas e confusas em torno dos recursos histórico-culturais;
- Inexistência de planejamento, programas e ações coordenadas no campo do patrimônio histórico-cultural;
- Sub-utilização dos recursos existentes como fator de sensibilização para a preservação;
- Públicos-alvo não conhecidos.

Para sanar as deficiências torna-se necessário promover cursos e atividades de educação patrimonial, capacitação de funcionários e monitores, assim como da comunidade, partindo da construção conjunta do conhecimento.

Setorização das áreas de Patrimônio Histórico-Cultural

Conforme experiências em outras Unidades de Conservação propõe-se a criação de uma Zona Cultural, cujo objetivo é a proteção do patrimônio arqueológico-histórico-cultural material (sítios históricos ou arqueológicos) e imaterial (modos de fazer e expressar da comunidade) da unidade e seu entorno, visando o estudo, interpretação e valorização com vistas a preservação, conservação, divulgação e desenvolvimento. Objetiva proporcionar às comunidades locais e ao público visitante a visão da importância dos vales dos rios Ribeira de Iguape e Paranapanema como berço e abrigo de diversas comunidades, valorizando a diversidade social e sua relação com a conservação da biodiversidade. Engloba as comunidades indígenas, quilombolas e de pequenos agricultores, bem como outras manifestações de culturas tradicionais existentes na região e seus respectivos modos de

vida, que deverão ser valorizados nesta zona. Destacam-se ainda para esta zona as atividades de valorização cultural, fortalecimento comunitário, sustentabilidade ambiental, pesquisa, educação patrimonial e uso público nos sítios e ambientes adjacentes, permitindo e incentivando a sensibilização da sociedade para a importância da conservação deste patrimônio. Para efeito de implantação, esta Zona será sub-dividida em dois setores, conforme pode ser visualizado na **Figura 7**

Zona Histórico-Cultural

O estabelecimento desta zona tem como objetivos específicos:

- Proteger e conservar a Mata Atlântica e sua biodiversidade no *continuum* ecológico de Paranapiacaba, conservar a paisagem natural e cultural desta região, ocupada por comunidades de pequenos agricultores, indígenas e quilombolas há várias gerações;
- Apoiar o fortalecimento das comunidades a fim de evitar a perda da posse do seu território e conseqüente descaracterização da organização espacial, social e cultural típica destas culturas tradicionais e, conseqüentemente, dificultando a especulação imobiliária;
- Garantir o direito “da satisfação das necessidades materiais, sociais e culturais” da comunidade tradicional que vive no entorno, conforme o artigo 28 do SNUC (Lei n° 9.985/2000), e os artigos 215 e 216 da Constituição Federal;
- Estabelecer relações de parceria com as comunidades indígenas, tendo em vista o seu desenvolvimento sustentável;
- Articular, incentivar e apoiar atividades relacionadas ao fortalecimento cultural e comunitário, objetivando viabilizar alternativas para a geração de emprego e renda, sobretudo a partir da estruturação e operação do ecoturismo e uso sustentável dos recursos naturais;
- Tomada de decisão compartilhada com as populações tradicionais residentes.

Na área do Parque e seu entorno, esta Zona abrange o extremo sudoeste, incluindo a localidade de Leite e terrenos de entorno do Parque, onde residem comunidades tradicionais; e o extremo nordeste, incluindo as localidades Funil, Cedro, Lage, Pedra, Guapiruvu. Bases Saibadela e Quilombo, além dos terrenos de entorno do Parque, onde igualmente residem comunidades tradicionais.

Zona Arqueológica

O estabelecimento desta zona tem como objetivos específicos:

- Pesquisa, restauração, manutenção, valorização, conservação e exposição dos bens culturais, sítios arqueológicos existentes, uso público de baixo impacto, oferecendo atrativos para fins turísticos e educacionais.
- A Zona Arqueológica foi definida considerando-se a identificação, avaliação, valoração e o potencial para a existência de ocorrências de bens do patrimônio cultural associados aos cenários arqueológicos e históricos que compõe a unidade.
- Compreende os sítios e trilhas que contêm evidências arqueológicas, etno-históricas ou bens do patrimônio cultural presentes na área do Parque. Quaisquer projetos de pesquisa,

intervenção, recuperação ou restauro devem seguir as normas do CONDEPHAAT e IPHAN, sob supervisão destes quando viável, conforme entendimentos a serem definidos em conjunto com as instituições.

Na área do Parque e seu entorno, esta Zona Arqueológica abrange o centro-oeste, incluindo as localidades de Leite, Alecrim, Rancho Queimado, Carmo, Barra Grande, Figueira, Capinzal e Sede do Parque Intervales; e o extremo nordeste, incluindo as localidades Pedra, Guapiruvu. Bases Saibadela e Quilombo.

É importante ressaltar que a porção central do Parque, sem hachura na Figura 7, **não indica ausência de patrimônio ou necessidade de preservação** mas, sim, o fato de não ter sido incluída nos estudos amostrais de diagnóstico executadas no escopo do presente Programa.

Para ambas as zonas, sugere-se como uso **permitido**: pesquisa científica, educação e monitoramento ambiental, patrimonial e recreação; restauro e manutenção de estruturas objetivando sua operação, conservação, valorização e uso pedagógico; implantação de infraestrutura necessária integrada à paisagem para as atividades de pesquisa, educação, fiscalização, monitoramento, controle e recreação de mínimo impacto; manejo dos recursos naturais com vistas à recuperação da fauna, da flora e da paisagem.

E como **proibido**, sugere-se: a instalação de qualquer tipo de edificação ou obra à exceção daquelas de recuperação e restauro das estruturas existentes, bem como aquelas previstas nas Zonas Primitiva e de Uso Extensivo; qualquer alteração de cursos d'água; circulação de indivíduos ou grupos não autorizados portando qualquer tipo de instrumento de corte, armas de fogo e exemplares (ou parte) de fauna, flora ou rocha; qualquer tipo de acampamento não autorizado ou destinado ao manejo do Parque; retirada, alteração ou interferência em parte ou totalidade de qualquer produto florestal, mineral, bem histórico-cultural, arqueológico à exceção da limpeza e manutenção de acessos e trilhas existentes; disposição de quaisquer resíduos gerados durante a estadia nesta zona.

Finalmente, há que se salientar que o Plano de Manejo do Parque Intervales, em seus aspectos de patrimônio cultural, não é - e nem poderia ser - um produto acabado e fechado. Ao contrário, sua elaboração incluiu o conceito de melhoria continuada, tanto nos aspectos técnicos quanto naqueles negociais, permitindo ajustes permanentes para incorporar as evoluções e os aprofundamentos do conhecimento sobre a área, os avanços das várias tecnologias e as evoluções nos entendimentos em curso com os diferentes atores sociais envolvidos.

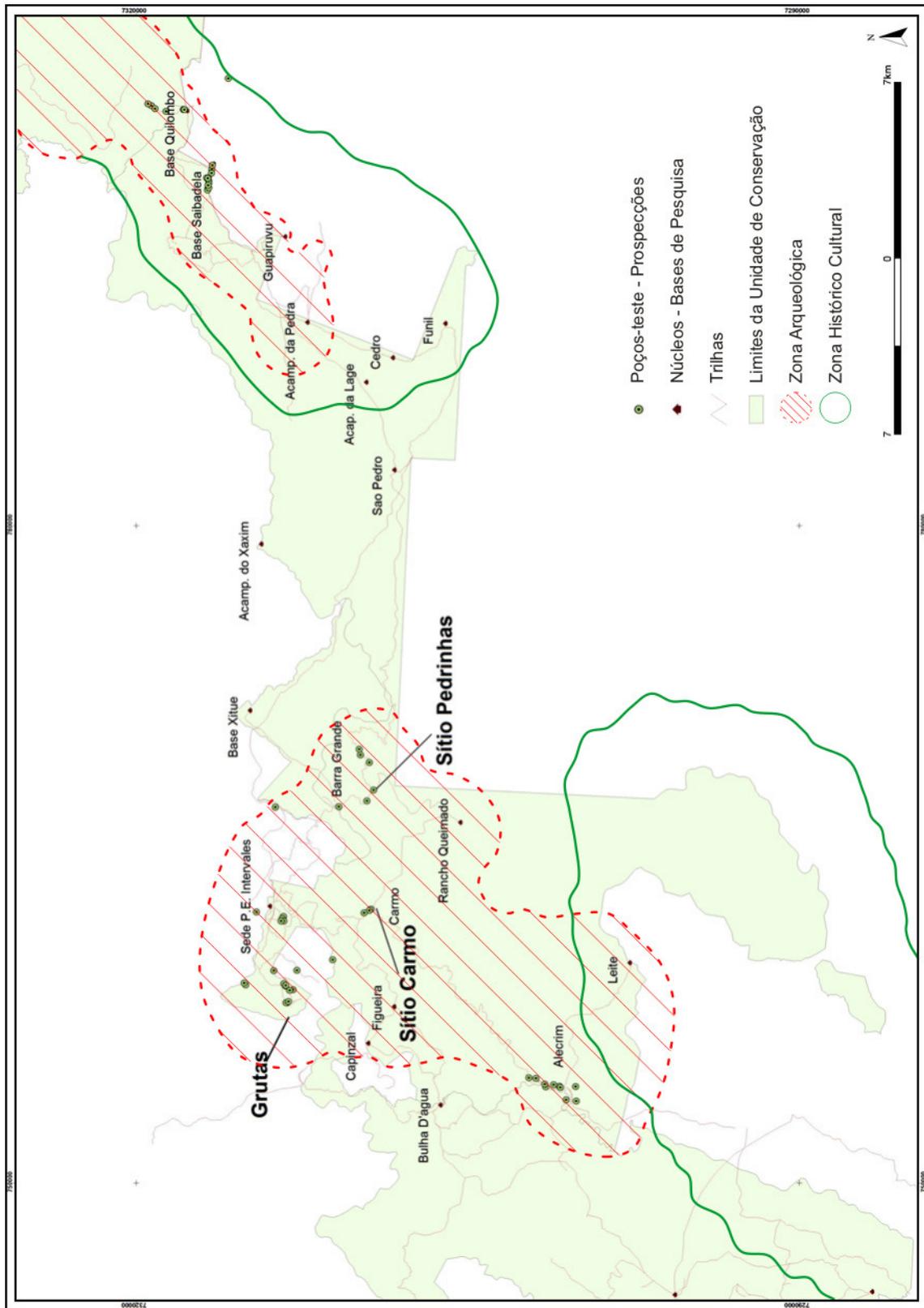


Figura 7 - Zoneamento patrimonial preliminar do Parque Intervales.

